



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VINÍCIUS ANDRADE DE SOUZA RIBEIRO

**CONTRIBUIÇÕES DE MISES E HAYEK AO PROBLEMA DO CÁLCULO
ECONÔMICO NO SOCIALISMO**

SALVADOR

2014

VINÍCIUS ANDRADE DE SOUZA RIBEIRO

**CONTRIBUIÇÕES DE MISES E HAYEK AO PROBLEMA DO CÁLCULO
ECONÔMICO NO SOCIALISMO**

Versão preliminar do trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Raymundo José Santos Garrido

SALVADOR

2014

R484 Ribeiro, Vinícius Andrade de Souza

Contribuições de Mises e Hayek ao problema do cálculo econômico no socialismo/ Vinícius Andrade de Souza. -- Salvador, 2014.

57 f.; II.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas. Orientador: Prof. Raymundo José Santos Garrido.

1. Economia – liberalismo. 2. Liberalismo clássico – pensadores. 3. Socialismo – cálculo econômico. 4. Hayek, F. A. 5. Von Mises, Ludwig. I. Garrido, Raymundo José Santos. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD 335.5

VINÍCIUS ANDRADE DE SOUZA RIBEIRO

**CONTRIBUIÇÕES DE MISES E HAYEK AO PROBLEMA DO CÁLCULO
ECONÔMICO NO SOCIALISMO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Banca examinadora

Orientador: _____

Prof. Raymundo José Santos Garrido
Faculdade de Economia da UFBA

Prof. José Carrera-Fernandez
Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Antônio Ricardo Dantas Caffé
Faculdade de Economia da UFBA

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, antes de tudo, aos meus pais, Elias Araújo Ribeiro Jr e Heloneide Andrade de Souza, as duas maiores referências durante todo o decurso de minha vida. Foram eles os primeiros a me apresentar a experiência de um amor verdadeiro e dedicado, e os últimos a desistir diante dos meus insucessos, até quando eu mesmo não acreditava ser possível. Ao meu pai, homem de grande sabedoria e personalidade inigualável, devo muito dos princípios e condutas morais que sigo até hoje. Também, sem as condições materiais e grande dedicação no aspecto educacional que me foram oferecidos durante toda a minha trajetória, certamente muitas seriam as dificuldades que encontraria. À minha mãe, agradeço imensamente ao seu irretocável amor que me ensinou um necessário senso de humanidade; amor que esteve presente por todos os ciclos de minha vida de dificuldades e conquistas. Também foi pelo tempero de sua comida que pude pela primeira vez sentir o sabor da vida.

Agradeço à minha mulher, Bárbara Carine Soares Pinheiro, por tudo o que ela é e a tudo o que me dedica. Seu amor, carinho e companhia são hoje pilares que me fortalecem para seguir a vida com leveza e a alegria de um amor real. A sua história, além de admirável, é de grande fonte de inspiração. Em duas palavras a minha mulher é feita de ‘amor e orgulho’.

Aos amigos Caio Bandeira e João Paulo Carvalho, que estiveram ao meu lado durante toda a minha trajetória acadêmica, agradeço imensamente. Esses foram dois verdadeiros amigos que fiz na faculdade. A Caio Bandeira, além de amigo no sentido mais legítimo da palavra, agradeço o compartilhamento com a sua família, pessoas tão amáveis e acolhedoras, hoje também consideradas a minha família. A João Paulo Carvalho agradeço pela sua assídua presença em minha vida, mesmo à distância, e dedicado apoio de um amigo de verdade. Também, não poderia me esquecer da alegria que foi conviver por todo esse tempo de graduação com a “picardialidade” e idiosincrasia do colega e amigo Maurício Nascimento.

Por fim, agradeço ao meu orientador e professor Raymundo José Garrido, pelo apoio intelectual durante toda a minha graduação e por ser uma referência em gentileza e elegância no trato com as pessoas. Agradecendo-o, estendo também a todos os professores e funcionários da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA.

“O ser humano nasce em um ambiente socialmente organizado. Somente nesse sentido é que podemos aceitar quando se diz que a sociedade — lógica e historicamente — antecede o indivíduo. Com qualquer outro significado, este dito torna-se sem sentido ou absurdo. O indivíduo vive e age em sociedade. Mas a sociedade não é mais do que essa combinação de esforços individuais.” Ludwig Von Mises

RESUMO

F.A. Hayek e Ludwig Von Mises são amplamente considerados os mais importantes pensadores do liberalismo clássico do século XX. Eles são também os dois mais conhecidos economistas austríacos. Esse trabalho objetiva analisar as interpretações dos dois teóricos acerca do problema do cálculo econômico no socialismo. Para Mises, o mercado genuíno – e por consequência, o sistema de preços - surge a partir da propriedade privada. Para Hayek, é a liberdade de agir dos indivíduos, ante a dispersão do conhecimento, que permite o surgimento do mercado que possa responder as questões econômicas. Para o primeiro, sem a propriedade privada, não é possível haver mercado genuíno. Para o segundo, é impossível captar e processar todo o conhecimento e colocá-lo numa estrutura de planejamento central, pois o problema está na coordenação não articulada e a forma como se dá o aprendizado entre os agentes numa sociedade livre. Diante dessas interpretações ao ‘problema do cálculo’, torna-se necessária a exposição e compreensão da contribuição desses dois expoentes teóricos.

Palavras-Chave: Escola Austríaca, Cálculo Econômico, Propriedade Privada, Conhecimento.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Livre Mercado x Socialismo

21

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CONTRIBUIÇÃO DE MISES	14
2.1	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	14
2.1.1	Valor	14
2.1.2	O Cálculo	16
2.1.3	A Função Empresarial	19
2.1.4	O Mercado	21
2.2	A IMPOSSIBILIDADE DO CÁLCULO	22
2.2.1	O Estado e a Cooperação Social sem Mercado	22
2.2.2	A Natureza do Problema	25
2.2.3	A Concepção do Problema e Objeções	28
2.2.4	Respostas ao desafio Misesiano	29
3	CONTRIBUIÇÃO HAYEKIANA	35
3.1	CONCEITOS FUNDAMENTAIS	35
3.1.1	O processo de Mercado	35
3.1.2	O Conhecimento	37
3.2	O CONHECIMENTO EM SOCIEDADE: COORDENAÇÃO E APRENDIZADO	39
3.3	O PROBLEMA DO CONHECIMENTO NO SOCIALISMO	42
4	O DEBATE INTERNO	51
5	CONCLUSÃO	54
6	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

Uma das mais significativas construções teóricas da modernidade é a ideia de socialismo. Elaborado sob a perspectiva de que o modelo de produção capitalista acumula riqueza de forma injusta e desigual, o ideal socialista teve como principal expoente Karl Marx. Em sua obra máxima *Das Kapital*, Karl Marx apresentou sua visão sobre como opera o modo de produção capitalista, como se constituiu e como está fadado a autodestruição, dada suas contradições internas. Para Marx, amparado na Teoria do Valor Trabalho, a geração de riqueza seria apropriada por quem não lhe é de direito, o trabalhador, e a organização econômica do Capital, contraditória e excludente, culminaria em monopólio e gradativa pauperização da população, notadamente trabalhadora. Enfim, para Marx, enquanto:

...uma parte da sociedade possuir o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, é forçado a acrescentar ao tempo de trabalho necessário para a sua própria subsistência um mais-valor destinado a sustentar o possuidor dos meios de produção" (MARX, 1996, p. 197)

Ainda:

...quanto mais a riqueza social crescer (...) mais numerosa é a sobrepopulação comparativamente ao exército de reserva industrial. Quanto mais este exército de reserva aumenta comparativamente ao exército ativo do trabalho e mais massiva é a sobrepopulação permanente, mais estas camadas compartilham a sorte de Lázaro e quanto o exército de reserva é mais crescente, mais grande é a pauperização oficial. Esta é a lei geral, absoluta da acumulação capitalista." (MARX, 1996, p. 237).

Contudo, o grande teórico do 'socialismo científico' se deteve a sua análise do sistema capitalista, não se atendo em demonstrar como um modelo socialista de produção seria possível. No diâmetro oposto, teóricos liberais críticos da análise marxista sobre o capitalismo, passaram a estudar também como o modelo de produção socialista seria possível; como este se sustentaria na geração e distribuição de riqueza; como seria possível racionalizar a produção, permitindo aos agentes decidirem eficientemente o que produzir, como produzir e para quem produzir, considerando a escassez de recursos e os meios alternativos de alocação.

Nessa seara, Ludwig Von Mises, teórico de tradição mengeriana austríaca foi, se não o maior, um grande crítico da impossibilidade do cálculo racional do socialismo, demonstrando que os socialistas passaram muito tempo tentando apresentar as falhas do capitalismo, mas não explicavam como tal modelo econômico seria possível. A partir de suas críticas, estudiosos socialistas passaram a analisar o tema do cálculo econômico. Este debate então se enriqueceu enormemente no começo do século XX, em que teóricos socialistas, austríacos e neoclássicos se debruçaram sobre o tema.

Dos principais economistas da Escola Austríaca da Economia a contribuir com o debate, entre eles, além de Mises, Friederich Hayek merece grande destaque e que, mesmo fazendo parte da corrente de pensamento austríaca, utilizou um método distinto de Mises para demonstrar a impossibilidade da racionalização na produção socialista. Para Hayek, os diferentes indivíduos interagem em sociedade com base em suas escolhas subjetivas e dinâmicas no tempo, não sendo possível uma captação desse conhecimento disperso, a fim de processá-lo e decidir as questões econômicas levantadas anteriormente sobre os problemas da produção econômica. O problema de Hayek é essencialmente um problema de coordenação coletiva, frente das decisões econômicas individuais. Por outro lado, em Mises a questão é essencialmente dedutiva, partindo do pressuposto da propriedade privada e valor subjetivo nas condições materiais que, ao se desdobrar num sistema de preços genuíno, permite a existência de mercados e suas sinalizações de lucros e prejuízos. E tanto para um como para o outro, num modelo de produção socialista, a eficiência material não seria possível.

As características de um modelo de livre mercado e um modelo socialista são, evidentemente, excludentes. O modus operandi de um é o oposto do outro. O modelo de sociedade socialista defende a socialização dos meios de produção – extinção da propriedade privada e o surgimento de um Estado comandado pela Ditadura do Proletariado, isto é, os trabalhadores, aqueles unicamente capazes de gerar valor e, por sua vez, riqueza. Estes teriam sob suas mãos o poder político (Estado) e econômico (Propriedade Coletiva), condições necessárias para o que viria a ser ‘Socialismo Científico’.

A partir dessa apresentação conceitual de socialismo, o presente trabalho analisará o ‘problema do cálculo econômico’ considerando o que foi dito até aqui sobre o que viria

a ser o socialismo, aliado a definição utilizada por Ludwig Von Mises, expoente da escola austríaca. Para o teórico, socialismo é arranjo em que, segundo Mises (2011, p. 211): “Todos os meios de produção estão sob o controle exclusivo da comunidade organizada. Isso apenas é socialismo. Todas outras definições são enganadoras”.

Mises levantou a questão indagando a postura dos socialistas – fundamentalmente Karl Marx e sua obra máxima Das Kapital – por construírem críticas ao capitalismo e sua necessária superação – justificada na Teoria do Valor Trabalho - mas não demonstrando, reitera-se, como um sistema socialista seria possível. Assim, Mises utilizou sua metodologia apriorística¹ - sua análise dedutiva - para demonstrar a impossibilidade do cálculo econômico no socialismo. O presente trabalho inicialmente fará a exposição das ideias de Mises referentes a essa impossibilidade.

A visão misesiana, como dirá Hans-Herman Hoppe, pode ser resumida da seguinte forma:

...se não há propriedade privada sobre a terra, sobre os bens de capital e sobre outros fatores de produção, então é impossível haver um mercado entre eles. Se não há mercado entre eles, então não há formação de preços para eles. Sem formação de preços, é impossível fazer previsões e cálculos econômicos. Logo, o cálculo econômico — isto é, a comparação entre as receitas previstas e os custos esperados, tudo expressado em termos de um meio de troca comum (o qual permite operações contábeis cardinais) — é literalmente impossível em uma economia estatizada. O erro fatal do socialismo está na ausência de propriedade privada sobre a terra e sobre os fatores de produção; e, por conseguinte, na impossibilidade do cálculo econômico (HOPPE, 1996, p.140).

Em contrapartida ao problema apontado por Mises, teóricos do socialismo levantaram-se ao debate, entretanto, geralmente não reconhecendo o fundamento do problema, relegando-se a críticas infundadas e interpretações frugais à consideração misesiana. Assim, o conjunto de propostas de um modelo socialista mais significativo foi formulado não por autores de formação marxista, mas sim por economistas neoclássicos, cujo programa de pesquisa reconhecia a relevância da questão. Essas propostas procuravam resolver a problemática levantada por Mises (1920) por meio da introdução no socialismo de alguma forma de sistema de preços. A mais famosa dessas propostas foi sugerida pelo economista polonês Oskar Lange, em artigos publicados em

1936 e em 1937, considerado um ponto culminante na discussão entre os economistas austríacos e os curiosamente denominados de “socialistas de mercado”. Na versão final do modelo de Lange, as firmas estatais seriam instruídas a minimizar os custos médios e igualar os custos marginais aos preços enunciados centralmente. O planejador estabeleceria os preços que, por tentativas e erros, seriam alterados de forma a igualar oferta e demanda. O debate em torno desses modelos, seus erros e novas contribuições constitui o chamado Debate do Cálculo Econômico Socialista.

Em resposta às formulações dos socialistas de mercado, a figura de Hayek despontou como uma referência de refutação, num período conhecido como ‘Debate Inglês’, retornando a afirmação da impossibilidade do cálculo. Caminhando inicialmente pela evidência prática da impossibilidade de um ‘socialismo de mercado’, Hayek apresentou sua teoria da aprendizagem nos processos de mercado e a supremacia do conhecimento dos indivíduos.

Hayek, em resumo, analisou o problema do socialismo sob a ótica do conhecimento. Segundo o autor, as circunstâncias econômicas que respondem aos questionamentos de ‘o que produzir’, ‘quanto produzir’, ‘como produzir’ e ‘para quem produzir’ estão disseminadas entre os indivíduos numa sociedade, sendo, portanto, impossível um planejador central, na prática, responder a essas questões. A crítica de Hayek, à primeira vista, apresenta-se de forma distinta da misesiana, já que foca sua preocupação na questão do conhecimento.

Diante do breve recorte histórico acerca deste debate, tem-se que o objetivo do presente trabalho é apresentar as contribuições desses dois teóricos ao que ficou conhecido como “o problema do cálculo econômico no socialismo”. A primeira parte tratará da visão misesiana do problema do cálculo, apresentando as noções de Cálculo econômico, valor, cooperação social sem mercado e, fundamentalmente, a impossibilidade do cálculo econômico sob o socialismo segundo sua visão. A segunda parte apresentará a visão hayekiana ao problema do cálculo, abordando os conceitos de processo de mercado, conhecimento e aprendizado.

Na terceira parte, será apresentada, sucintamente, o debate interno da Escola Austríaca no que se refere às visões de Mises e Hayek quanto ao problema do cálculo. Também

um tema enriquecedor, as metodologias utilizadas pelos dois teóricos, por serem distintas, também levaram à conclusões aparentemente distintas, o que faz delas possivelmente complementares ou incongruentes. Teóricos como Joseph Salerno, Hans-Herman Hoppe e De Soto se posicionam em defesa da crítica misesiana e a seu método praxeológico¹, negando a contribuição Hayekiana. Por outro lado, recentemente (2004) o posicionamento do Professor Fábio Barbieri, em sua tese de doutorado, brilhantemente faz uma defesa da teoria do aprendizado de Hayek e sua complementaridade com a crítica de Mises.

¹ Estudo da estrutura lógica da ação humana e seus desdobramentos para alcançar os fins determinados, frente aos meios;

2 A CONTRIBUIÇÃO DE MISES

2.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Antes de analisar a crítica misesiana ao socialismo, se faz necessária a compreensão de quatro conceitos fundamentais à sua teoria, para que, a partir deles, seja possível compreender as bases que sustentam a sua afirmação da impossibilidade do cálculo econômico no modelo de produção coletiva. São quatro os conceitos fundamentais que serão aqui abordados, antes de iniciar propriamente a crítica do teórico austríaco ao modelo socialista. São eles: Valor, Cálculo Econômico, Função Empresarial e Mercado. Entende-se que, a partir da compreensão dessas ideias, se torna possível a compreensão dos motivos lógicos que torna conclusivo, para o teórico, o problema do cálculo.

2.1.1 Valor

O conceito de valor em Mises é totalmente distinto daquele apresentado pela teoria marxista, qual seja, a Teoria do Valor-Trabalho. Amparado nos economistas clássicos – Smith e Ricardo –, Karl Marx apresenta o valor das mercadorias a partir da quantidade de trabalho socialmente necessário à sua produção. Portanto, somente a partir do trabalho é possível a existência do valor. Por consequência, também apenas a partir do trabalho é possível a geração de riqueza.

Diametralmente oposto, Mises retorna a discussão do valor para o subjetivismo, apresentado solidamente na revolução marginalista. Para o autor de *Ação Humana*, o valor não é um conceito objetivo e também não está no bem em si, mas surge apenas no momento da troca, isto é, somente a partir de um processo cataláctico², o valor, subjetivo, se apresenta aos agentes. E é a diferença entre os valores subjetivos dos bens que permite a sua troca. Seria impossível, portanto, diferentemente do que diz o marxismo, que bens com o mesmo valor possam ser trocados. A troca ocorre exatamente por que a valoração, subjetiva se apresenta aos agentes de forma que o bem a, para determinado agente, tem menor valor que o bem b. No mercado, diante da preferência de a a b, a troca se efetiva. Portanto, os bens, no processo de mercado, tem

² Catalaxia: conceito da Escola Austríaca que faz referência ao estudo das trocas mercadológicas.

valores diferentes e subjetivamente determinados. Nesse ponto, Mises critica os economistas que consideravam que o:

...valor seria considerado como algo objetivo, como uma qualidade intrínseca, inerente às coisas, e não meramente como a expressão do desejo de várias pessoas em adquiri-las. Supunha-se que, primeiro, as pessoas atribuiriam um grau de valor aos bens e serviços, por meio de um ato de medição, para, em seguida, efetuar a troca por outros bens e serviços de igual valor. Esta falácia frustrou o pensamento econômico de Aristóteles e, por quase dois mil anos, o raciocínio de todos aqueles que tinham por definitivas as opiniões desse filósofo. Perturbou seriamente a maravilhosa contribuição dos economistas clássicos, e tornaram inteiramente fúteis os escritos de seus epígonos, especialmente os de Marx e os da escola marxista. A base da economia moderna é a noção de que é precisamente a disparidade de valor atribuída aos objetos trocados que resulta na sua troca. As pessoas compram e vendem unicamente porque atribui um maior valor àquilo que recebem do que àquilo que cedem. Assim sendo, a noção de uma medição de valor é inútil. Um ato de troca não é precedido nem acompanhado por qualquer processo que possa ser considerado como uma medição de valor (MISES, 2011, p. 255).

Mises posteriormente revela como o erro de considerar o valor como algo objetivo passou despercebido, incorretamente analisado, por eminentes economistas, conforme abaixo se transcreve:

Entretanto, a ideia espúria de que valores são mensuráveis e são realmente medidos na condução de transações econômicas estava tão enraizada, que mesmo economistas eminentes foram vítimas dessa falácia. Até mesmo Friedrich von Wieser e Irving Fisher aceitavam como verdadeira a ideia de que deve haver alguma forma de medir o valor e de que a economia deve ser capaz de indicar e explicar o método pelo qual se poderá fazer esta medição. Os economistas de menor envergadura simplesmente supõem que a moeda serve “de medida de valor”. (MISES, 2011, p. 255)

No caso específico da troca indireta, vale ressaltar, mesmo que seja a partir da moeda que ocorra a possibilidade de cálculo econômico, a moeda de forma alguma mede o valor de um bem. Caso assim fosse, a teoria misesiana entraria em contradição, por inicialmente defender o valor subjetivo e não mensurável dos bens mas, posteriormente, defender a mensuração exata de valor em termos monetários. Pelo contrário, o economista austríaco afirma que:

O cálculo monetário tem seus limites. O dinheiro não é um parâmetro de valor, tampouco de preço. Nem o valor e nem o preço são mensurados em dinheiro. Valores e preços são meramente

representados pelo dinheiro. O dinheiro transmite o valor, mas ele não mensura o valor. Não há uma medida para um valor econômico. Não há uma maneira objetiva de se medir um valor subjetivo. O dinheiro é um bem econômico e, como tal, não possui um valor estável, como tem sido ingênua e erroneamente assumido. A relação de troca que há entre o dinheiro e outros bens está sujeita a constantes — quando não muito violentas — flutuações, que podem se originar não só do lado dos bens econômicos, mas também do lado do dinheiro (MISES, 2011, p. 255).

O cálculo monetário apenas permite inferir, em termos de preço, apenas aquilo que está sendo trocado no processo de mercado. O valor subjetivo dos bens não se traduz em preço, mas somente através do cálculo monetário se faz possível calcular economicamente, por amparo das trocas voluntárias. Fica evidente que o cálculo monetário tem limites, e muitas vezes não pode mensurar aqueles valores individuais no processo de trocas, como o impacto do consumo de alimentos gordurosos à saúde do consumidor, gerando redução de sua qualidade de vida. Ainda assim, pode ser possível, por outros meios, monetarizar alguns desses bens “extra-econômicos”. Um processo concorrencial, por exemplo, poderia ofertar um alimento com menor teor de gordura, forçando a outra empresa ou a também fazer o mesmo ou abaixar seu preço. Contudo, apesar desses limites, muitos dos quais dificilmente serão ultrapassados na vida econômica, o cálculo monetário nos permite criar juízos de valor e emitir escolhas econômicas.

2.1.2 O cálculo econômico

O conceito de cálculo econômico é amplo dentro da teoria misesiana. É uma condição que se inicia a partir dos fundamentos da propriedade privada e liberdade de mercado e termina no sistema de preços e suas condições catalíticas. E nesse meio, é a troca indireta e a moeda que permitem o processamento de todas essas condições. Para Mises, é somente a partir do cálculo monetário que se torna possível o cálculo econômico. É o cálculo monetário que guiará toda ação no sistema social baseado na divisão do trabalho. Mises chama de “bússola” essa ferramenta abstrata de catalogar os diferentes juízos de valor e escolha subjetiva dos agentes. Segundo o economista austríaco

O homem usa o cálculo para distinguir um processo de produção lucrativo dos não lucrativos; para distinguir aquilo que os consumidores soberanos provavelmente aprovarão daquilo que provavelmente desaprovarão. Todo o simples passo da atividade empresarial está sujeito a um exame minucioso a ser feito por intermédio do cálculo econômico. A premeditação de ações planejadas torna-se, com o cálculo, uma antecipação dos custos e receitas esperadas. A constatação retrospectiva do resultado da atividade passada torna-se a contabilidade de lucros e perdas. (MISES, 2010, p. 281).

Contudo, é a partir de determinadas instituições sociais que se torna possível o cálculo econômico. Através da divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção, em que bens de todas as ordens são comprados e vendidos através do uso generalizado da moeda, o cálculo subsiste. Obviamente, esse é um arranjo distinto daquele em que ocorre através das trocas diretas, em que não há moeda.

No processo de troca direta, o agente, diante de suas preferências, busca o bem desejado (de maior valor subjetivo), e oferece o bem (de menor valor subjetivo) que o segundo agente aceitará em troca. Esse processo foi dominante em boa parte da história das sociedades em que o meio de troca, a moeda, não existia, especialmente devido ao fraco desenvolvimento de mercados. A inclusão de um meio de troca no processo, permitiu aos agentes calcular, agora a partir de um bem comum, tornando possível catalogar os processos de troca em termos de preço, mas de forma alguma, reitera-se, é o cálculo monetário uma medida de valor subjetivo. Este se baseia apenas no valor de troca. Por isso mesmo, apenas os bens passíveis de trocas no mercado poderão ser traduzidos através do cálculo monetário. E esse cálculo existe apenas através das trocas indiretas. Mises, ao diferenciar a troca direta da indireta, atenta:

Um erro crasso que deve sua origem e sua persistência a esta construção imaginária foi supor que o meio de troca é apenas um fator neutro. Segundo essa suposição, a única diferença entre troca direta e indireta consistia em que, nesta última, era usado um meio de troca. (MISES, 2011, p. 253).

Considerar a moeda como um fator neutro no processo seria um grave erro, pois o estoque desse bem (moeda-mercadoria) distorceria as relações de troca, sempre de maneira desigual. Importa destacar que, por toda a história, a manipulação do estoque de moeda, por meios políticos, gerou graves “convulsões ao sistema”. Para Mises,

portanto, cabia aos economistas se debruçar ao estudo de como a introdução de um meio de troca interfere no processo cataláctico. Ainda assim, a moeda é conceituada em sua obra como um “meio de troca usado universalmente”. E dela pode-se derivar o cálculo monetário, imperfeito, mas necessário e insubstituível. Segundo Mises:

É fato que o cálculo monetário tem suas inconveniências, bem como sérios defeitos, mas certamente não temos nada melhor para colocar em seu lugar; e, para os propósitos práticos da vida, o cálculo monetário como o conhecemos, em um sistema monetário sólido, sempre será suficiente. Tivéssemos de abolí-lo, qualquer sistema econômico baseado no cálculo se tornaria absolutamente impossível. (MISES, 1920, p. 32).

É somente a partir da introdução da moeda, e por sua vez do cálculo monetário, que o cálculo econômico se tornou possível. A moeda se torna, portanto, nas palavras de Mises, “o veículo do cálculo econômico”. E o cálculo econômico seria uma categoria específica da ação humana em que os agentes, a partir os preços gerados no processo de valoração subjetiva na livre troca, atuam economicamente, considerando lucros e prejuízos, não sendo necessário compreender além do próximo passo, prescindindo de visão holística. De outro modo, a partir da geração dos preços, os agentes buscariam alocar os recursos, num processo dinâmico. Percebe-se nesse ponto a distinção teórica da teoria de Mises a daqueles economistas voltados ao estudo dos estágios de equilíbrio da economia. Para o autor:

O cálculo econômico, essencial para o sistema econômico, não requer, contudo, que nós devemos conhecer essa situação hipotética que com certeza nunca pode ser alcançada em um sistema econômico concreto. O que é necessário para a direção da economia é apenas o conhecimento do próximo passo a ser tomado no sistema econômico. É necessário descobrir qual dentre todas as mudanças concebíveis pode, em dadas circunstâncias, garantir a melhor satisfação das necessidades do ponto de vista das preferências do consumidor ou do ditador. Para esse propósito as equações que descrevem a posição do equilíbrio final são bastante inapropriadas. Elas não dizem absolutamente nada a respeito do caminho que o tem que seguir de forma a finalmente alcançar o equilíbrio (MISES, 1920, pág. 33).

Por toda sua obra, percebe-se que Mises rebate enfaticamente a noção de equilíbrio econômico, por considerar tal condição uma negação da ação humana, dinâmica, individual e situada no tempo. Essa condição teórica sugere um caminho em direção a um estado de equilíbrio, em que agentes apenas repetiriam o estado de coisas passadas.

Mises, então, apresenta sua crítica afirmando a necessidade do agir humano frente às decisões econômicas, principalmente diante da incerteza, utilizando assim o caráter especulativo e empresarial dos agentes para dinamizar o processo de geração de riqueza. Assim, informações quantitativas do passado não podem responder às mudanças qualitativas do futuro. E o caráter da função empresarial seria, então, um fator fundamental no processo do desenvolvimento dinâmico material.

2.1.3 A Função Empresarial

A função empresarial se relaciona diretamente com o conceito de ação humana, isto é, o comportamento deliberado dos agentes em direção à sua maior satisfação. Assim, escolhe-se os meios com base nos fins desejados, e esse fim passa por um critério de valoração subjetiva. Os meios, por sua vez, são apenas o conjunto de atos aliados a condições materiais que o agente considera mais adequados para alcançar os fins desejados. Diante da apreciação dos meios com base nos fins desejados, o agente atribui um valor, e a utilidade seria, então, a apreciação dos meios necessários para atingir os fins. Segundo Ubiratan Iório: “valor e utilidade são como duas faces de uma mesma moeda, uma vez que o valor subjetivo que o agente atribui aos fins desejados é projetado, pelo conceito de utilidade, aos meios que acredita serem adequados para tal” (IÓRIO, 2011, p. 88).

Diante dos meios escassos frente aos fins, os agentes passam a atribuir maior valor aos primeiros fins – mais desejados – e assim sucessivamente, em grau de importância subjetiva. Desse raciocínio, deduz-se que os agentes valoram os bens de acordo com suas utilidades marginais. De outro modo, a medida que os primeiros fins, mais valorizados, forem sendo alcançados, menos atribuições de valor são feitas aos fins subsequentes. E como esse processo ocorre no tempo, essa valoração ocorre em maior grau para os bens mais imediatos e vai diminuindo com o passar do tempo, ao que isso se chama preferência intertemporal.

É dentro desse arranjo intertemporal de ação e valoração frente aos meios escassos que surge a noção de função empresarial, qual seja, a capacidade de perceber possibilidades

de ganhos a partir de melhores meios alocativos dos recursos, objetivando fins cada vez mais valorizados. Enfim, é desse processo que torna-se possível a existência do lucro, sendo o fenômeno empresarial a capacidade perceber e criar essas oportunidades de lucros. Contudo, somente através da propriedade privada e coordenação via liberdade de mercado que todas essas características da ação empresarial se tornam possível.

Mises defende a capacidade empresarial e a propriedade privada como instituições econômicas que direcionam os agentes a decisões produtivas eficientes, considerando a busca do lucro uma condição inerente ao processo de mercado. De outro modo, segundo Hoppe:

...se não há propriedade privada sobre a terra, sobre os bens de capital e sobre outros fatores de produção, então é impossível haver um mercado entre eles. Se não há mercado entre eles, então não há formação de preços para eles. Sem formação de preços, é impossível fazer previsões e cálculos econômicos. Logo, o cálculo econômico — isto é, a comparação entre as receitas previstas e os custos esperados, tudo expressado em termos de um meio de troca comum (o qual permite operações contábeis cardinais) — é literalmente impossível em uma economia estatizada. O erro fatal do socialismo está na ausência de propriedade privada sobre a terra e sobre os fatores de produção; e, por conseguinte, na impossibilidade do cálculo econômico. (HOPPE, 1996, 141)

A defesa de Mises (1949) à ação empresarial é de extrema importância a sua crítica do modelo socialista, pois neste se acredita que a função do empresário seria meramente gerencialista, desconsiderando a capacidade empresarial de decidir a alocação de recursos escassos frente às incertezas e escassez. Além disso, é diante da propriedade de sua “própria riqueza” que o empresário se arrisca nas incertezas de mercado, especulando, e quando esse rearranjo não existe, o surgimento de um mercado genuíno seria impossível. Para o autor, o problema do cálculo seria um problema de economias reais, sujeitas a contínua mudança – que requerem a atividade empresarial – e não um problema referente a um “sistema econômico estacionário”. Assim, é com base na propriedade privada dos meios de produção, alocada temporalmente e numa dinâmica das subjetivas ações individuais, que é possível existirem mercado e sistemas de preços. Somente indivíduos podem agir e decidir dinamicamente a alocação de recursos.

Na tabela abaixo, parcialmente extraída da obra *Socialismo, Cálculo Econômico e Função Empresarial*, de Jesus Huérta de Soto, apresenta uma simples e necessária diferenciação entre os aspectos empresariais no livre mercado e no socialismo.

Tabela 1 - Livre Mercado x Socialismo

PROCESSO SOCIAL ESPONTÂNEO	SOCIALISMO
Baseado na função empresarial (interação social não agredida)	Agressão institucional e sistemática contra a função empresarial e a ação humana
1) A coordenação social ocorre espontaneamente, graças à função empresarial, que descobre e elimina continuamente os desajustes sociais, que se tornam oportunidades de lucro (ordem espontânea).	1) Tenta-se impor a coordenação social a partir de cima de forma deliberada e coerciva através de mandatos, ordens e regulamentos coercivos emanados pelo poder (ordem hierárquica — de hieros, sagrado e archein, mandar — e organizada).
2) O protagonista do processo é o homem, que age e exerce a função empresarial criativa.	2) O protagonista do processo é o governante (democrático ou não) e o funcionário (a pessoa que atua em conformidade com as ordens e os regulamentos administrativos emanados do poder).

Fonte: Elaboração própria

2.1.4 O mercado

Mises inicia o capítulo quinze de sua obra conceituando a economia de mercado como “o sistema social baseado na divisão do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção” (Mises, 2011, p.315). Nesse arranjo, os indivíduos atuam livremente e por conta própria, buscando a satisfação de suas próprias necessidades.

O mercado, para o teórico, é um processo, não apenas um lugar geográfico ou uma entidade. Os julgamentos de valores das ações individuais, amparados nas trocas voluntárias e valores subjetivos traduzidos em preço é que permitem os agentes agir

empresarialmente, trocar, inovar ou especular frente as incertezas futuras e escassez material. O processo de mercado é, nas palavras do autor:

...o ajustamento das ações individuais dos vários membros da sociedade aos requisitos da cooperação mútua. Os preços de mercado informam aos produtores o que produzir, como produzir e em que quantidade. O mercado é o ponto focal para onde convergem e de onde se irradiam as atividades dos indivíduos (MISES, 2011, p. 316).

2.2 A IMPOSSIBILIDADE DO CÁLCULO ECONÔMICO

Nessa segunda parte do primeiro capítulo, será discutido o conceito de Estado no socialismo e a cooperação sem mercado, e propriamente os problemas apontados por Mises ao modelo Socialista.

2.2.1 O Estado e a cooperação social sem mercado

A ideia de socialismo é, antes de tudo, um ideal que se sustenta a partir do conceito de Estado. É o Estado, entidade externa aos indivíduos, gerida por parte dos indivíduos (gestores e dirigentes) na sociedade, que direcionará todos os processos econômicos, a partir das decisões políticas dos gestores. A análise da formação histórica do conceito de Estado é, portanto, uma preocupação importante observada pelo economista austríaco.

A construção imaginária do Estado como condutor do desenvolvimento social, segundo Mises, surge em especial durante a fase de influência hegeliana na Europa germânica. Mises desenvolve essa “construção platônica”³ de estado no capítulo 25 de Ação Humana, na subseção “A origem histórica da ideia socialista”. E para o teórico é Hegel⁴ e sua filosofia o pensador que mais contribuiu para o fortalecimento do ideal de Estado.

³ Platonismo é comumente utilizado para designar conceitos ou ideais, sempre distantes da realidade;

⁴ Filósofo criador do idealismo alemão

Hegel concebe o Estado como o terreno mais fértil para o fundamento da liberdade, onde existe plena realização desta, conforme se elucida abaixo:

O Estado é o que existe; é a vida real e ética, pois ele é a unidade do querer universal, essencial, e do querer subjetivo – e isso é a moralidade objetiva. O indivíduo que vive nessa unidade possui uma vida ética, tem um valor que existe nessa substancialidade (HEGEL, 1995, p.39).

O Estado, portanto, concilia os interesses da sociedade, ora coletivos, ora individuais. E é através dessa idealização que Mises enxerga o enrijecimento do ideário socialista.

Todavia, segundo Mises, tais ideias brotaram quando os filósofos sociais do século XVIII se defrontavam com a aparente e quase que “aceita universalmente” (MISES, 2010, p. 785) ideia dicotômica do egoísmo individual versus os interesses dos coletivos. E o Estado seria uma entidade que representa os interesses coletivos, sobrepunhando-os ao egoísmo individual. Contudo, é na filosofia liberal que tal dicotomia é rejeitada. Os teóricos dessa corrente assumiam a condição de que, basta os indivíduos terem a liberdade de mercado que esse antagonismo não se faria presente. Segundo Mises: “Os interesses dos cidadãos não são opostos aos da nação, os interesses de cada nação não são opostos aos de outras nações” (MISES, 2010, p. 786).

A questão, para Mises, é que os liberais desse período (XVIII e XIX) não atacaram o problema corretamente e terminaram por alimentar a idealização do Estado, pois acreditavam que bastava um governante ter em mente o esclarecimento das ideias liberais e colocá-las em prática que o progresso material da nação se realizaria. Sendo assim, o problema não seria a ideia do Estado, mas por quais mãos ele conduzirá a nação. Para Mises, aqueles liberais concebiam o Estado ideal como sendo:

...governado por um ser sobre-humano perfeito, um rei cujo único objetivo seria o de promover o bem-estar de seus súditos. Partindo dessa premissa, levantaram a seguinte questão: será que as ações individuais dos cidadãos, quando livres de qualquer controle autoritário, não seguiriam caminhos que um rei bom e sábio desaprovava? O filósofo liberal responde negativamente a essa pergunta. Ele admite, certamente, que os empresários são egoístas e visam ao seu próprio lucro. Entretanto, na economia de mercado, só podem auferir lucros se satisfizerem da melhor maneira possível as necessidades mais urgentes dos consumidores. Seus objetivos coincidem com os de um rei perfeito (MISES, 1949, p. 788).

A defesa de um Estado em “mãos corretas”, nas palavras de Mises, seria como um “alter ego do economista que, por meio desse artifício, eleva os seus próprios julgamentos de valor à dignidade de um padrão de valores absolutos e eternos válido universalmente.”. Nesse ponto, o economista austríaco reafirma o grave erro dos teóricos liberais, defensores do Estado benevolente. Ao não perceberem o real pressuposto da economia, qual seja, a liberdade de ação individual e propriedade privada, aqueles teóricos se rendem ao ideal de encontrar um gestor (conductor) benevolente que seja, ao mesmo tempo, um sábio e um aplicador dos princípios do liberalismo econômico e proprietário dos meios de produção. Ao defender apenas os princípios, e não a forma como eles devem operar, em quais terrenos frutificam, liberais do sec XVIII, segundo Mises, acabaram por solidificar a por ele chamada “Construção imaginária de Estado” (MISES, 2010, p. 787).

Mises (2009) atenta inclusive para o erro de muitos de seus contemporâneos que se denominam liberais, reproduzirem princípios contraditórios, conforme explicitado abaixo:

Os que hoje se intitulam “liberais” têm reivindicado programas que são exatamente o oposto das políticas que os liberais do século XIX defendiam em seus programas liberais. Os pretensos liberais de nossos dias sustentam a ideia muito difundida de que as liberdades de expressão, de pensamento, de imprensa, de culto, de encarceramento sem julgamento podem, todas elas, ser preservadas mesmo na ausência do que se conhece como liberdade econômica. Não se dão conta de que, num sistema desprovido de mercado, em que o governo determina tudo, todas essas outras liberdades são ilusórias, ainda que postas em forma de lei e inscritas na constituição. (MISES, 2009, p. 28).

É desse paradigma político-filosófico, somado ao ideal comunista, que surge o conceito de Estado Socialista, onde a economia seria conduzida não mais por indivíduos egoístas ou mesmo contrários ao interesse coletivos, sendo o por isso o exato oposto de uma economia capitalista. Mises diz:

A economia de mercado torna possível a cooperação pacífica entre pessoas, apesar do fato de estas divergirem em relação aos seus julgamentos de valor. Nos planos socialistas, não há lugar para

divergências. Seu princípio é a *Gleichschaltung*, a uniformidade perfeita, imposta pela polícia (MISES, 2011, p. 789).

Outra questão necessária a compreensão do ideal socialista de Estado reside na doutrina do meliorismo, um desdobramento sociológico do Positivismo. Nessa doutrina, crê-se na evolução dos corpos sociais, suas instituições e referências. A história da humanidade seria conduzida num processo a partir de um estágio mais baixo e menos perfeito para um mais alto e mais perfeito. Permaneceria, portanto, na história da humanidade um progresso eterno para estágios cada vez mais avançados de sociedade. Na ótica Hegeliana, este estágio seria representado pelo Estado-Nação. Para Marx, o Estado socialista. “a produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação” (MARX, 1985, p.381), e o Socialismo seria então o estágio mais evoluído. Para Mises, a grande contribuição de Marx foi a de integrar o ideal socialista à doutrina meliorista.

Teóricos do socialismo, até 1920, ano da publicação do artigo “O Problema do Cálculo Econômico sob o Socialismo”, reproduziam sistematicamente a doutrina marxista e seus pressupostos, quais sejam, o capitalismo explorador, a propriedade privada como um roubo, o meliorismo e o Estado socialista como fim último e racional de uma sociedade avançada. Entretanto, como aponta Mises “Os textos socialistas tratam de tudo, menos do único problema essencial do socialismo, qual seja, o cálculo econômico” (MISES, 2010, p. 800).

2.2.2 A Natureza do problema

No cap. 26 de Ação Humana, Mises se utiliza de um claro exemplo para demonstrar os problemas advindos de uma sociedade sem propriedade privada e sem livre mercado e sistema de preços. Um diretor, em seu exemplo, deseja construir uma casa. Entretanto, vai se deparar com várias possibilidades de sua construção; vários métodos. “Qual desses escolher”? Diante de tantas possibilidades e materiais para a construção da casa, sem um sistema de preços, como definir quais os melhores materiais? Desse exemplo, conclui-se a dificuldade de comparar custos e tentar minimizá-los.

O exemplo de Mises ilustra as dificuldades iniciais num sistema sem livre mercado e sistema de preços. E somente a partir da propriedade privada, da interação entre os agentes econômicos e seus desejos de oferta e demanda, seus juízos de valor subjetivos e captados numa relação monetária (preço), se torna possível reduzir os bens em um denominador comum (preço) e haver cálculo econômico, em que prejuízos significam o caminho errado e lucros a direção correta.

Alguns marxistas defendem a socialização apenas dos bens de capital, ficando os bens de consumo a cargo das interações do mercado. Mesmo assim, como um de muitos exemplos, aponta Mises:

Haveria a necessidade de determinar a localização e o tamanho de cada indústria e de cada equipamento; de escolher que tipo de energia deveria ser usada e qual, entre as várias maneiras de produzi-la, deveria ser a escolhida (MISES, 2011, p. 795).

E continua:

O diretor não terá que lidar simplesmente com carvão, mas com milhares e milhares de minas já em exploração em diversos locais, e com a possibilidade de explorar novas jazidas, com os vários processos de mineração que possam ser usados em cada caso, com as diferentes qualidades do carvão nas várias jazidas, com os vários métodos de utilização do carvão para produzir calor, energia e uma grande variedade de derivados (MISES, 2011, p.. 796).

Outra possibilidade que Mises automaticamente descarta é a supremacia da tecnologia para responder as questões econômicas. Mesmo diante das respostas dadas pela tecnologia, essa ferramenta não substitui a ação humana e o cálculo, pois a tecnologia responde apenas parcialmente a pergunta ‘como produzir’, pois ainda assim os conceitos de custos e escassez são os pilares fundamentais para a resposta, e estes somente aparecem diante de um sistema de preços, genuinamente construídos num ambiente de livre associação das propriedades privadas individuais.

Entretanto, “os socialistas objetam, com razão, que o cálculo econômico não é infalível” (MISES, 2011, p. 796). E a compreensão da resposta a essa objeção é mais que oportuna, pois dela compreende-se claramente uma economia de livre mercado de uma economia

coletivista. Mises dá razão a essa objeção, e responde que o erro dela está apenas na previsão futura (de sucesso ou insucesso) com a tomada de decisão no presente. O capitalista decide a partir de todo o conhecimento que está disponível, na forma de preços, e sua bússola são os lucros e prejuízos, podendo falhar ou acertar na sua previsão. Entretanto, sem o livre-mercado, o diretor de um indústria toma as decisões no escuro; simplesmente não haverá parâmetros para escolher a melhor opção, ao menos no momento da decisão. Para Mises:

O que estamos afirmando é que o diretor não tem como calcular com base no seu próprio julgamento de valor e na sua própria previsão da situação futura, seja ela qual for. Se investir hoje na indústria de alimentos enlatados, pode ocorrer que uma mudança nos hábitos ou nas considerações higiênicas sobre a comida em lata venha a transformar seu investimento num desperdício. Mas a questão não é essa; o problema consiste em como definir, hoje, a melhor maneira de construir uma fábrica de conservas da maneira mais econômica (MISES, 2011, p. 797).

Segundo Mises, o que se chama planejamento numa economia centralizada seria apenas “tatear no escuro” (MISES, 2011, p.797).

É claro que a crítica misesiana não se refere a estágios menos avançados da economia, como por exemplo um caso de um agricultor isolado, utilizado no artigo de 1920. Para este, a compreensão entre o aumento da produção de seu pasto a necessidade de mais trabalho de sua parte parece facilmente compreensível, o que torna simples a decisão de aumentar ou não a produção. Contudo, ao elevar a complexidade da produção material, somente a partir da propriedade privada e de um denominador comum entre os bens – a moeda – se torna possível, no livre mercado, haver um cálculo racional entre os agentes. Portanto, quando a economia se torna complexa:

...a situação se torna bem diferente quando a escolha passa a ser entre a utilização de um rio para a obtenção de eletricidade ou a ampliação de uma mina de carvão ou a formulação de quaisquer outros planos para o melhor emprego da energia latente no carvão bruto. Nesse caso, o processo de produção é maior e mais indireto, sendo que cada etapa é mais longa; conseqüentemente, as condições necessárias para um empreendimento ter sucesso são diversas, o que significa que não se pode incorrer em avaliações vagas (MISES, 1920, p. 23).

Faz-se necessário destacar que em seu artigo de 1920, quando trata da necessidade da inexorabilidade do cálculo racional numa economia avançada, Mises destaca a

importância da valoração e avaliação em termos monetários. Somente através desse denominador comum é possível a existência do cálculo. Porém, o autor destaca também, como exposto posteriormente em *Ação Humana*⁵ que os termos monetários não refletem o valor subjetivo de cada bem, apenas serve como parâmetro de troca. Os juízos de valor de cada agente surge apenas como gradação e escalas, e nunca em termos mensuráveis. Por isso, os valores de troca tornam-se tão necessários ao processo de mercado. Agentes interagem no mercado ofertando e demandando os diferentes bens, e diante de juízos subjetivos que, através de um denominador comum, a moeda, podem efetivar sua troca em termos contábeis. E diante do processo produtivo, para o ilustre pensador:

Qualquer um que deseje fazer cálculos relacionados a algum complicado processo de produção irá imediatamente perceber se ele está agindo de maneira mais econômica que os concorrentes ou não; se ele descobrir — por meio das relações de troca predominantes no mercado — que não será capaz de produzir lucrativamente, isso significa que outros estão sabendo melhor como fazer um uso mais adequado desses bens de ordem alta. Por último, utilizar os valores de troca para se fazer cálculos econômicos é o que possibilita avaliar os bens de acordo com uma unidade de conta definida (MISES, 1920, p. 24).

Por outro lado, o mais importante é perceber a importância da propriedade privada. A sua abolição, para Mises, não conduziria a economia a uma racionalidade maior, ante a “anarquia” da produção capitalista. Muito pelo contrário. A supressão da propriedade privada impediria a existência de mercados genuínos, em que agentes se defrontam e, no processo de troca, produzem um sistema de preços, e sem o qual não seria possível haver interiorização dos custos de oportunidade, tornando as decisões direcionadas arbitrárias e desperdício de recursos e redução da produtividade e riqueza numa sociedade.

2.2.3 A concepção do problema e objeções

O maior erro gerado ante a tentativa de compreensão do problema do cálculo econômico reside na concepção do mesmo na ótica da ciência econômica. Quando

⁵ Ver ‘O Calculo Econômico’, p.6.

economistas deixam de analisar a ação dos indivíduos num processo dinâmico de ‘tentativas e erros’, amparados num sistema de livre mercado, e focam o estudo da ciência no Equilíbrio, para Mises, aí surge o problema. Segundo o mesmo, o economista quando influenciado pelo modelo mecanicista newtoniano, passa a enxergar a economia não como um estudo da ação humana frente a materialidade, mas sim como um arranjo de corpos em que a ação dos indivíduos, seu empreendedorismo, criatividade e valoração subjetivas podem ser reduzidos a formalizações matemáticas. A ação humana reduzida às grandezas matemáticas, como átomos, partículas ou corpos inanimados, pode se tornar um mero amontoado de fórmulas, conforme salienta o pensador austríaco:

Dessa maneira, o economista matemático elimina o empresário nas suas considerações; elimina esse personagem agitado e inquieto cuja constante intervenção impede que o sistema imaginário atinja o estado de equilíbrio perfeito e uma situação estática. Detesta o empresário por ser um elemento perturbador. Os preços dos fatores de produção, para o economista matemático, são determinados pela interseção de duas curvas e não pela ação humana (MISES, 2011, p. 799).

Desse desvirtuamento do que seria a ciência econômica, o ideal de Estado socialista torna-se teoricamente possível, já que a economia matemática demonstra como a racionalidade econômica seria trazida para o socialismo, ao mesmo tempo em que a propriedade coletiva poderia florescer e, de acordo com Mises:

..os homens poderiam adotar o socialismo e continuar empregando os meios disponíveis do modo mais econômico possível. O socialismo não implicaria em renunciar ao emprego racional dos fatores de produção. Seria uma variante racional de ação social. (MISES, 2011, p. 801).

2.2.4 Respostas ao Desafio Misesiano

Após o artigo de 1920 e diante da sagacidade de Mises ao demonstrar os problemas econômicos numa economia socialista, teóricos tentaram desenvolver soluções ao problema levantado pelo economista austríaco. Em *Ação Humana*, Mises rebate todas estas tentativas, separando-as em seis categorias:

- i) O cálculo em espécie;
- ii) Cálculo por horas de trabalho;
- iii) Mensuração da utilidade
- iv) Quase-mercado (artificial);
- v) Modelos Matemáticos e,
- vi) Método de ‘tentativa e erro’.

As três primeiras propostas de solução são prontamente descartadas por Mises, ficando a cargo de analisar as três últimas.

A crença da possibilidade do método de ‘tentativa e erro’ numa economia socialista somente é possível, segundo Mises, graças aos erros de interpretação do que realmente é o método de tentativa e erro no sistema capitalista. Empresários o utilizam diariamente, ao tentar planejar as ações presentes com as expectativas futuras (lucros). Entretanto, quando essas não acontecem ou são parcialmente frustradas no processo, a atividade empresarial, amparada no cálculo econômico, tenta corrigir as falhas. Essa correção dinâmica somente é possível justamente pela existência de propriedade privada e livre mercado. Sem um cálculo monetário para direcionar as decisões presentes do gestor, um método de tentativa e erro se resumiria a tentativa sem qualquer parâmetro presente, conforme salienta o austríaco:

O método de tentativa e erro só é aplicável quando se pode constatar, sem deixar margem a dúvidas e independentemente do próprio método em si, que a solução encontrada é a correta. Se um homem perde sua carteira, poderá procurá-la em vários lugares; ao encontrá-la, não há dúvida de que o método de tentativa e erro resolveu o seu problema. (MISES, 2011, p. 801)

Aplicando o raciocínio a atividade empresarial, Mises continua:

Quem quiser qualificar a ação empresarial como sendo uma aplicação do método de tentativa e erro não deve esquecer-se de que a solução

correta é facilmente identificável: corresponde a um excedente de receitas sobre custos. O lucro informa ao empresário que os consumidores aprovam suas iniciativas; o prejuízo, que as desaprovam. (MISES, 2011, p. 802)

Somente a partir da atividade empresarial, descentralizada, dinâmica e baseada no cálculo econômico, o método de ‘tentativa e erro’ tem efeito. É da anarquia da produção (termo marxista) do livre-mercado que o empresário pode calcular conscientemente.

A anarquia da economia capitalista significa, genuinamente, a infinidade de planos individuais e decisões de consumo subjetivas dos indivíduos frente a uma infinidade de possíveis arranjos alocativos e uma insuperável escassez. Para tanto, empresários e capitalistas teriam uma busca incessante para a realização desses desejos, pelo descobrimento dessas demandas e sua melhor forma de resolvê-las, baseando-se nos custos de oportunidade e lucros. Substituir todo esse esquema de livre mercado seria na verdade reduzir a complexidade da economia capitalista às decisões de uma agência governamental. Para Mises “a essência do socialismo é a completa eliminação do mercado e da competição cataláctica” (MISES, 2011, p.805). O socialismo é, portanto, um modelo econômico em que mercados, sistemas de preços e sem competição entre os indivíduos. Todas as ordens de produção devem advir do planejamento central

Aos teóricos que objetivaram responder a essa questão assumindo um socialismo de mercado – os quase-mercados, Mises refuta-os através de suas próprias constatações da necessidade de mercados para produzir parâmetros econômicos. Entretanto, o economista austríaco rejeita a possibilidade de aceitar o conceito socialista como passível de abarcar a lógica dos mercados, tal como no capitalismo. Diante do paradoxo

Querem abolir o controle privado dos meios de produção, querem acabar com o mercado e seus preços e com a competição. Mas, ao mesmo tempo, querem organizar a utopia socialista de uma tal maneira que as pessoas possam agir como se essas instituições existissem (MISES, 2011, p. 804).

A tentativa de introduzir os mercados na economia socialista, nada mais é do que tornar a competição possível. Entretanto, acreditar na possibilidade de introduzir mercados no socialismo é antes um grave erro de compreensão da verdadeira natureza do mercado. Segundo Mises (2011), os teóricos do socialismo de mercado pretendiam fazer com que

os dirigentes do sistema produtivo socialista agissem como os empresários capitalistas, mas que os lucros fossem distribuídos coletivamente. Entretanto, mesmo que essa condição fosse possível, a inexistência de propriedade dos bens de capital levaria ao colapso dos “quase-mercados”. Conforme analisa o professor Fábio Barbieri, tem-se que:

A formação dos preços de mercado dos bens de capital dependeria para o autor da “incessante busca por parte de capitalistas e empresários de maximizar seus lucros por meio da satisfação dos desejos dos consumidores”, busca essa que por sua vez dependeria da propriedade privada, ou poder de dispor dos bens de produção. (BARBIERI, 2013, p. 143).

Os mercados de capitais e as bolsas de valores são os condutores das ações empresariais. Sem essas instituições, a produção e racionalização dos bens de capital se tornam tão inviáveis quanto todo o sistema que se segue. A função empresarial não se reduz a atividade de gerenciamento fabril. Sua natureza especulativa e, por consequência, projetada para o futuro com parâmetros econômicos do presente, seria totalmente inexistente no socialismo. Empresários alocam seus bens de acordo com as sinalizações, perspectivas de prejuízos e lucros, respaldadas no mercado financeiro. Empresas são abertas, fechadas, realocadas, vendidas ou compradas de acordo com o processo dos mercados dos bens de capital, que obviamente seria suprimido numa economia de planejamento central.

As objeções de Mises à solução matemática se fundamentam nos princípios epistemológicos da ciência econômica. Reduzir a complexidade da ação humana frente a materialidade, representada especialmente pela função empresarial e criatividade dos indivíduos, seria um grave erro não percebido pelos economistas matemáticos. Quando influenciados pela física newtoniana e um apelo positivista na ciência, acreditou-se possível tratar as variáveis da ação humana – como a atividade empresarial e a criatividade e valores subjetivos dos indivíduos – do mesmo modo que os físicos tratam os corpos inanimados em seus modelos de predição.

A maior ferramenta utilizada pelos economistas matemáticos, desde a contribuição walrasiana à Ciência Econômica, é a análise de equilíbrio. E a modelagem matemática

assume um conjunto de pressupostos que, quando aliados, tornam o modelo circular e passível de interpretações, mas que exclui a função empresarial.

Na construção imaginária da economia uniformemente circular, evidentemente, não existe a função empresarial. Dessa maneira, o economista matemático elimina o empresário nas suas considerações; elimina esse personagem agitado e irrequieto cuja constante intervenção impede que o sistema imaginário atinja o estado de equilíbrio perfeito e uma situação estática. Detesta o empresário por ser um elemento perturbador. Os preços dos fatores de produção, para o economista matemático, são determinados pela interseção de duas curvas e não pela ação humana (MISES, 2011, p. 799).

A conclusão dos economistas matemáticos aparece então como salvadora do ideário socialista, pois agora a economia de mercado poderia ser substituída pelo gerenciamento central, amparado em modelos matemáticos que substituem o livre-mercado e a atividade empresarial. “Seria, portanto, possível combinar a cooperação socialista e a divisão do trabalho com o emprego racional dos fatores de produção.” (MISES, 2011, p. 799). Através de equações matemáticas, seria simplesmente possível compreender toda a complexidade da realidade circular abarcada pelo modelo. Entretanto, a objeção de Mises é epistemológica. Esses modelos abarcam a realidade da seguinte forma:

Ao concebermos a construção imaginária de uma economia uniformemente circular, supusemos que todos os fatores de produção estão sendo empregados de uma tal maneira que cada um deles presta o serviço mais valioso que lhe é possível prestar. Nessas condições, nenhuma mudança no emprego de qualquer desses fatores poderia satisfazer melhor as necessidades das pessoas. Essa situação, em que não adianta recorrer a qualquer nova mudança na distribuição dos fatores de produção, é representada por meio de sistemas de equações diferenciais. Não obstante, essas equações não nos dão informação sobre as ações humanas por meio das quais esse hipotético estado de equilíbrio teria sido atingido (MISES, 2011, p. 808).

Distantes da realidade econômica, Mises aponta que os economistas matemáticos não percebem que os preços de equilíbrio nunca são almejados. A intenção é justamente encontrar um hiato entre os preços dos fatores complementares da produção – os custos – e os preços futuros, isto é, uma vantagem lucrativa. A partir da criatividade, no processo de ajuste entre lucros e prejuízos, os preços se modificam e a atividade empresarial constantemente realocar recursos onde as vantagens relativas de lucros se tornam evidentes. Assim como os desejos e valorações dos indivíduos se modificam, as possibilidades de processos produtivos também se transformam. Dessa forma, a crença

num modelo de equilíbrio analisa a economia do ponto de equilíbrio para o futuro, em que os fatores de produção estão controlados e são compreensíveis pelos parâmetros previamente definidos. Na ótica misesiana, essa seria a maior supressão da realidade, posto que o empresário e a criatividade empreendedora estariam excluídos do modelo.

3 A CONTRIBUIÇÃO HAYEKIANA

3.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS

O fundamento básico da crítica de Hayek ao socialismo reside na sua teoria do conhecimento econômico, e como ele se desenvolve numa sociedade livre. Ademais, as noções de conhecimento e processos de mercado (dinâmico⁶) são pilares necessários no programa de pesquisa da Escola Austríaca de Economia. Por isso, antes de adentrar propriamente na crítica de Hayek ao socialismo e sua impossibilidade, se faz necessária uma exposição dos conceitos de Processo de Mercado e Conhecimento dentro da epistemologia da Escola Austríaca. Conceitos esses basilares e recorrentes na crítica hayekiana.

3.1.1 O processo de Mercado

O estudo do processo de mercado é uma das construções teóricas da Escola Austríaca que demonstra claramente a distinção entre essa escola e a teoria Neoclássica. O professor Fábio Barbieri, em sua dissertação de Mestrado, nos diz que:

...o que é a teoria de processo de mercado? Que problemas essa teoria trata e em que aspectos ela se diferencia da teoria microeconômica tradicional? Geralmente esta última está preocupada com o estado de equilíbrio. Estuda-se, por exemplo, as quantidades e preços de equilíbrio e a optimalidade desse estado. A teoria de processo, por outro lado, está preocupada com a sequência de eventos que ocorrem no mercado, que pode levar ou não a um estado de equilíbrio. Investiga-se sob que condições podemos esperar a existência de uma tendência ao equilíbrio, num processo no qual a ignorância dos agentes sobre a realidade que os cerca e os erros advindos dessa

⁶ O termo dinâmico (real e subjetivo) é utilizado pela Escola Austríaca para caracterizar o tempo como incerto (sem continuidade matemática previsível), heterogêneo – alimentado pelas interações individuais de passado e projeção do futuro incerto, e caracterizado pela eficiência causal, pois o transcorrer do tempo gera inevitavelmente a um processo de novidade e potencial criativo. Esses conceitos se opõem ao conceito neoclássico de tempo estático, matematicamente previsível e homogêneo (parametrizável).

ignorância exercem papel predominante da análise. Como veremos, fora do equilíbrio, os “dados” do problema de alocação, como preferências e preços, não são de fato dados, mas sua descoberta é fruto do próprio processo competitivo. Nessa teoria, o empresário cumpre a função fundamental de descobrir esses dados. Dessa maneira, a teoria está preocupada com o processo de aprendizado dos agentes econômicos (BARBIERI, 2001, p. 11).

O processo de aprendizado tem, portanto, um papel preponderante no problema alocativo. Por sua vez, a ciência econômica deve então se preocupar em como se desenvolve o conhecimento nesse processo, isto é, deve-se estudar a evolução do conhecimento e como ele se relaciona com a realidade do mercado. A problemática do estudo do processo de mercados e o conhecimento é de acordo com Hayek:

...o conhecimento das circunstâncias nas quais precisamos agir nunca existe de forma concentrada e integrada, mas apenas como pedaços dispersos de conhecimento incompleto e frequentemente contraditório, distribuído por diversos indivíduos independentes. O problema econômico da sociedade, portanto, não é meramente um problema de como alocar “dados” recursos – se por “dados” entendermos algo que esteja disponível a uma única mente que possa deliberadamente resolver o problema com base nessas informações. Ao invés disso, o problema é de como garantir que qualquer membro da sociedade fará o melhor uso dos recursos conhecidos, para fins cuja importância relativa apenas estes indivíduos conhecem. Ou, para dizê-lo sucintamente, o problema é o da utilização de um conhecimento que não está disponível a ninguém em sua totalidade (HAYEK, 2012, p.2).

Na concepção hayekiana, a importância do processo de mercado é exatamente a de ser um mecanismo que transmite informações, condição necessária ao desenvolvimento da economia do conhecimento. Através de baixos níveis de conhecimento disperso em cada agente, ainda assim é possível agir corretamente, considerando níveis de conhecimento subjetivos e dispersos.

Fica claro que, alternativamente ao programa de pesquisa da Escola Neoclássica – equilíbrio geral -, a teoria da Escola Austríaca considera os mercados como processos caracterizados por instituições dinâmicas, podendo ou não chegar ao equilíbrio (tendência), mas que se encontram em permanente estágio de descobertas, num processo de tentativa e erros; uma cadeia de tentativas e erros. Qualquer influência externa a esse processo obviamente comprometerá irremediavelmente, mesmo diante de uma tentativa centralizada de conduzir ao equilíbrio, afastaria o mercado de seu

processo natural de geração de aprendizado e coordenação do conhecimento entre os agentes.

3.1.2 Conhecimento

Na epistemologia da Escola Austríaca de economia, o processo de conhecimento humano se apresenta como inevitavelmente composto de indeterminação e imprevisibilidade. Sendo assim, o futuro se torna imprevisível e tendencialmente involuntário, não cabendo uma ciência teleológica da ação humana que possa torna-lo conhecível. Restaria, portanto e apenas, a liberdade dos indivíduos em agir em coordenação via sociedade livre e assim construir e calcular os benefícios dos arranjos sociais. Para as construções involuntárias na história da humanidade, Hayek chama de ordem espontânea.

As ordens espontâneas seriam exatamente um produto das ações individuais coordenadas em livre-mercado e que, sem conhecer o futuro, desenvolvem instituições sólidas e benéficas a toda a sociedade. Como exemplo, as leis, tradições, costumes, moeda, mercados, são todos produtos de um conjunto de ações individuais, no processo de desenvolvimento da história humana.

Carl Menger, considerado o fundador da Escola Austríaca, já havia observado como muitas instituições sociais haviam sido formadas pela coordenação involuntária entre os indivíduos (IORIO, 2011, p.37). Não obstante, Menger também ressaltava que das ações individuais poderiam advir conhecimentos imperfeitos e erros. Esse ponto, porém, não negativa a necessária liberdade dos indivíduos agirem descoordenadamente. Conforme afirma Hayek, posteriormente, é no processo de erros e ajustes que os estágios de equilíbrio (temporalmente dinâmicos) podem ser alcançados. Diante da contribuição mengeriana e posteriormente misesiana, Hayek desenvolveu o que viria a ser a teoria do conhecimento (falível), conforme trecho a seguir de explicação do professor Ubiratan Iorio:

Hayek, combinando a linha iniciada em Viena por Menger e desenvolvida por Mises com a tradição clássica britânica calcada na liberdade individual derivada de John Locke, Bernard de Mandeville, David Hume e Adam Smith, desenvolveu uma teoria do conhecimento que, juntamente com as importantes contribuições de Karl Popper, pode ser colocada entre os fundamentos de maior influência no pensamento austríaco no que se refere à assim denominada teoria do conhecimento (IORIO, 2011, p. 39).

Para a teoria do conhecimento hayekiana, existem claros limites ao conhecimento humano, pois a mente do indivíduo o impede de compreender a totalidade dos fenômenos sociais e, mais ainda, compreender o processo de mudanças e descoordenações que percorrem o dinamismo dessas relações no tempo. De outro modo, admite-se que não é possível estabelecer ou mesmo quantificar todo o conhecimento humano, primeiramente por não ser estático e, depois, por percorrer uma complexa rede de interações individuais, nunca chegando a um determinante holístico exterior. Assim também o teórico austríaco enxerga os mercados, não como estágios de equilíbrio – conforme a teoria neoclássica – mas sim como processos dinâmicos de descobertas e articulação de um conhecimento tácito, incognoscível e desarticulado.

Está claro que a visão da Escola Austríaca a respeito do processo de conhecer (falsificacionista) é contrastante a muitas outras escolas de economia, geralmente justificacionistas. Para a primeira, o conhecimento adquirido é falível e deve sofrer testes de falsificação – contribuição popperiana⁷ – e que somente numa estrutura de livre mercado é possível existir instituições que permitam falsear a atividade empresarial e alocação de recursos, mediante erros e ajustes. Por outro lado, diversamente ao programa de pesquisa austríaco, tem-se a forma positivista de construção do conhecimento. Em linhas gerais, segundo essa corrente, a partir da razão pode-se chegar ao conhecimento correto e, empiricamente, garantir sua funcionalidade, e tal conhecimento, à medida que se torna justificado constrói uma solidificada certeza. Daí então a noção de construtivismo. Segundo Iorio (2011):

⁷ Karl Popper foi um filósofo da ciência alemão que desenvolveu a o falsificacionismo, conceito importante para a filosofia da ciência, em que o conhecimento científico seria demarcado a partir da possibilidade de constantes refutações às teorias vigentes, numa sociedade aberta. Um conhecimento seria tratado como verdadeiro apenas enquanto não tiver sido falseado. Do contrário, torna-se provisoriamente uma verdade.

È fácil perceber que a forma extremada de racionalismo que caracteriza a vertente justificacionista, ao tender a identificar como razão de ser todo o conhecimento uma pretensa certeza acarretada pelas demonstrações lógicas e pela confiança nas observações empíricas, faz brotar a crença no construtivismo, isto é, em uma suposta capacidade da mente humana de construir sistemas econômicos, políticos, jurídicos, éticos e culturais tão somente em acordo com o que fosse considerado “justificado” racionalmente. Daí para a Engenharia Social é apenas um curto passo. (IORIO, 2011, p. 40)

O pensamento austríaco de viés hayekiano prima pela negatividade epistemológica do conhecimento, isto é, sua falibilidade. Portanto, não é possível, senão pelo falsificacionismo-negativo, livrar-se dos erros e teorias falsas. Além da ênfase nos limites da razão, é evidente a rejeição da Escola Austríaca ao método justificacionista e também a noção de conhecimento fragmentado e disperso, inevitavelmente incognoscível por completo. Sendo assim, não se torna possível nem justificar o conhecimento a priori e muito menos prever o processo histórico, cabendo apenas ao processo de falseamento ajustar dinamicamente o processo do conhecimento em sociedade.

A postura dos austríacos frente à pretensão do conhecimento humano é, portanto, humilde em termo, se comparada com outras correntes de pensamento – justificacionistas – como os socialistas ou mesmo os defensores do intervencionismo (social democracia). Tal humildade se apresenta devido aos teóricos da EA assumirem o fato empírico de que o conhecimento apresentado e desenvolvido pelos indivíduos jamais é completo, e que os agentes atuam com esse conhecimento de formas naturalmente distintas, peculiares, articulando esse conhecimento disperso e subjetivo, sendo impossível uma centralização e coordenação vertical deste conhecimento em sociedade.

3.2 O CONHECIMENTO EM SOCIEDADE: COORDENAÇÃO E APRENDIZADO

Hayek publicou dois artigos sobre a questão do conhecimento. O primeiro, em 1937, intitulado Economia e Conhecimento, e o segundo, em 1945, sob o título de O Uso do

Conhecimento na Sociedade. Segundo Iorio (2011), não há dúvida entre os teóricos austríacos contemporâneos de que esses são os dois trabalhos mais importantes no que se refere a teoria do conhecimento na Escola Austríaca. Hayek (1947), nesses dois trabalhos, questiona qual é a fronteira do conhecimento, como ele pode ser alcançado, o seu grau de subjetividade (ou objetividade), e como se dá as interações entre um Estado intervencionista e o desenvolvimento do conhecimento em sociedade.

O caráter peculiar do problema de uma ordem econômica racional se caracteriza justamente pelo fato de que o conhecimento das circunstâncias sob as quais temos de agir nunca existe de forma concentrada e integrada, mas apenas como pedaços dispersos de conhecimento incompleto e frequentemente contraditório, distribuídos por diversos indivíduos independentes. O problema econômico da sociedade, portanto, não é meramente um problema de como alocar "determinados" recursos — se por "determinados" entendermos algo que esteja disponível a uma única mente que possa deliberadamente resolver o problema com base nessas informações. Em vez disso, o problema é como garantir que qualquer membro da sociedade fará o melhor uso dos recursos conhecidos, para fins cuja importância relativa apenas estes indivíduos conhecem. Ou, colocando sucintamente, o problema é a utilização de um conhecimento que não está disponível a ninguém em sua totalidade (HAYEK, 1947, p.2).

Para o teórico austríaco, o conhecimento em sociedade é composto por características essenciais. Em primeiro lugar, o conhecimento está disperso. Dispersão significa que os desejos dos consumidores, possibilidades empresariais e a criatividade dos agentes estão espalhados por toda a sociedade, sendo sua forma de interação imprevisível e somente articulada em condições de liberdade de ação desses mesmo indivíduos, ou seja, através do livre-mercado. Também, o conhecimento é individual, isto é, cada indivíduo possui um conjunto de informações, subjetivas, que é parte do conjunto de informações da sociedade. Cabe lembrar, entretanto, que o conceito dessas informações dispersas está vinculado a ideia de dinamismo e criatividade empresarial nas relações de mercado. O que não torna possível quantificar e acumular toda essa informação, sem perder sua subjetividade dinâmica. Sendo assim, o conhecimento em sociedade é também prático e subjetivo. Sua natureza está diretamente relacionada à subjetividade de cada indivíduo e seu desdobramento é prático (não científico). Através de acertos e erros, os agentes econômicos vão aprendendo ao longo do tempo. Todavia, o conhecimento da prática empresarial é subentendido e não-articulado, isto é, existe um componente tácito (subentendido ou implícito em cada agente, mas que de forma alguma pode ser

articulado, dada sua subjetividade e peculiaridade. Conforme exemplifica o professor Ubitaran Iório:

Um exemplo de conhecimento implícito não articulável no âmbito social é aquele formado pelo conjunto de usos, costumes, tradições, normas e instituições que se constituem nas leis, a que os cidadãos aprendem a obedecer, mesmo sem possuírem capacidade para desenvolver teorias ou para compreenderem inteiramente as suas funções. Outro exemplo é que, mesmo um economista que não possui conhecimentos teóricos de informática sabe perfeitamente que se apertar uma determinada tecla de seu computador, as letras que digitará serão maiúsculas, mas, se alguém lhe perguntar por que, ele não saberá responder. Isto significa que cada agente possui informações próprias, mas que também se utiliza de informações de outros agentes em suas ações (IORIO, 2011, p. 48).

Somente através desses componentes de subjetividade, dispersão e conhecimento tácito que, numa condição de livre-mercado, a atividade empresarial criativa se torna possível. A transmissão das informações para que a função empresarial seja criativa somente funcionará num ambiente de mercados, considerando a dispersão do conhecimento e sua impossibilidade de agregação centralizadora. Nas palavras de Hayek:

O caráter peculiar do problema de uma ordem econômica racional se caracteriza justamente pelo fato de que o conhecimento das circunstâncias nas quais precisamos agir nunca existe de forma concentrada e integrada, mas apenas como pedaços dispersos de conhecimento incompleto e frequentemente contraditório, distribuído por diversos indivíduos independentes. O problema econômico da sociedade, portanto, não é meramente um problema de como alocar “dados” recursos – se por “dados” entendermos algo que esteja disponível a uma única mente que possa deliberadamente resolver o problema com base nessas informações. Ao invés disso, o problema é de como garantir que qualquer membro da sociedade fará o melhor uso dos recursos conhecidos, para fins cuja importância relativa apenas estes indivíduos conhecem. Ou, para dizê-lo sucintamente, o problema é o da utilização de um conhecimento que não está disponível a ninguém em sua totalidade (Hayek, 1947, p.3).

A principal característica do conhecimento, contudo, está na sua falibilidade, e é por esse motivo que Hayek defende a liberdade dos agentes no livre-mercado. O conhecimento disperso é, irremediavelmente falível, porque não existe, por exemplo, quantidade de tecnologia, nível de produto ou preferências para toda a sociedade. Esses conceitos somente são possíveis se for descaracterizada a subjetividade imanente às relações materiais, quando se acredita na possibilidade de ‘conhecimento perfeito’, ideia de que

seria possível conhecer e agregar todas as relações econômicas e suas determinantes. A hipótese do conhecimento falível parte, portanto, da ideia de ignorância perfeita: uma teoria da competição deve mostrar como e sob que condições o conhecimento potencialmente errôneo dos agentes é corrigido, de modo a corresponder à realidade dos mercados.

E nesse ponto, a teoria de Hayek se aproxima da teoria popperiana do falsificacionismo. Para Popper, não haveria como encontrar o conhecimento verdadeiro e cabal na ciência, mas apenas construir hipóteses e, a partir de tentativas de refutação, enquanto estas hipóteses não forem refutadas, poderão construir um conhecimento momentaneamente confiável. Assim, para Hayek, essa idéia se aplica à mercadologia, pois as hipóteses seriam como as oportunidades de lucros construídas pelos empreendedores – empresários, num processo concorrencial. O sistema de preços faria o papel de refutação, em que prejuízos e lucros sinalizariam os erros e acertos das hipóteses empreendedorais. E Hayek estende sua teoria do conhecimento falível e evolucionário – gradativamente construído a partir de refutações via liberdade da ação individual – a todas as esferas sociais, instituições e organizações da história humana. Segundo Barbieri:

O falibilismo que fundamenta as ideias hayekianas sobre competição nos mercados se estende à sua teoria sobre evolução institucional. Nesta, os agentes não maximizam funções com parâmetros dados. Enfatizasse na teoria a ação baseada em regras abstratas que, ao longo do tempo, ajudaram os agentes a atingir seus objetivos. Essas regras, afirma o autor, são por sua vez fruto de processos seletivos. Aqui, novamente, uma teoria evolucionária é desenvolvida para explicar a coordenação em situações na qual a complexidade do problema impede o conhecimento pleno da melhor solução. As instituições que historicamente permitiram o florescimento da humanidade não foram planejadas, mas, como outros fenômenos sociais, seriam ordens espontâneas, “fruto da ação humana, mas não da intenção humana” (BARBIERI, 2013 b, p. 49).

O fracasso dos sistemas centralizadores de decisões econômicas está justamente na pretensão do conhecimento, na desconsideração de sua falibilidade.

3.3 O PROBLEMA DO CONHECIMENTO E O SOCIALISMO

É também nos artigos de 1937 e 1945 que Hayek traz sua maior contribuição ao problema do cálculo econômico no socialismo, introduzindo a questão do conhecimento. Nesses trabalhos o autor constrói o que viria a ser conhecido como a crítica indireta ao socialismo. Anterior, houve também a crítica direta, em que Hayek concentrou-se nos problemas práticos do socialismo, isto é, a impossibilidade operacional de o planejador central que, sem o sistema de preços, enfrentaria dificuldades de conhecer todas as demandas e possibilidades alocativas e, ademais, processar todo esse conhecimento num órgão central e responder as questões econômicas fundamentais – o que, quanto, como e quando produzir.

Contudo, os trabalhos anteriores a 1937, que se detiveram aos problemas ditos práticos do socialismo, culminaram em polêmicas interpretativas e discordâncias mesmo dentro do próprio programa de pesquisa da Escola Austríaca, conforme afirma Barbieri:

Estes trabalhos constituem a crítica direta de Hayek ao socialismo de mercado. Embora tenha assumido para si a liderança do ataque ao socialismo no debate em inglês, a crítica de Hayek é inicialmente a menos clara em relação à exposição das diferenças analíticas entre a abordagem austríaca e neoclássica em comparação com as críticas de Mises e Robbins. Estes deixaram bem clara a diferença entre competição no modelo estático e no mundo real, esta última exigindo atividade empresarial especulativa e mercados de capital. Hayek, embora baseando suas críticas na mesma tradição austríaca, faz poucas referências diretas às diferenças de abordagem, sendo menos claro sobre os fundamentos de suas objeções. Tal estratégia resultou na interpretação de que sua contribuição ao debate consistiu em objeções meramente práticas à viabilidade do socialismo de mercado (BARBIERI, 2013 a, p. 147).

São os artigos posteriores a 1937, portanto, que se constituem os trabalhos fundamentais da contribuição hayekiana ao problema da impossibilidade econômica do socialismo – mesmo não fazendo referência explicitamente -, em especial, o que ficou conhecido como socialismo de mercado⁸. Segundo Barbieri:

A crítica aos pressupostos teóricos adotados pelo socialismo de mercado, contudo, aparecerá em uma série de artigos que Hayek

⁸ Proposta de economistas neoclássicos em inserir competição e um sistema de preços via tentativa e erro.

escreveu a partir de 1937, nos quais o autor discute o significado dos conceitos de equilíbrio e competição. Esses artigos estão entre as mais importantes contribuições do autor à teoria econômica, sendo fundamentais para o desenvolvimento da abordagem austríaca moderna (BARBIERI, 2013, p. 149).

Hayek inicia *Economia e Conhecimento*, seu artigo de 1937, explicitando o seguinte problema: o papel que as suposições e proposições sobre o conhecimento disperso na sociedade desempenha na análise econômica. De outro modo, como se relaciona o real conhecimento diluído por todos os agentes na sociedade e a modelo formal que tenta abarcá-lo. Enfim, para Hayek (1935, p.1). “até onde a análise econômica formal garante algum conhecimento sobre o que acontece no mundo real”.

Nesse artigo, Hayek argumenta que a análise do Estado de equilíbrio não explica suficientemente os fenômenos de mercado. A noção de equilíbrio pressupõe a coleta e análise dos dados extraídos da realidade mercadológica. E a esses ‘dados’ Hayek direciona sua crítica. Ao se considerar as ações passadas – a despeito de estarem corretas ou erradas – estas pautariam o estado de equilíbrio. Entretanto, para que essas ações se desenrolem no tempo de acordo com a lógica interna do equilíbrio, o conhecimento do agente deve permanecer invariável. Porém, e aqui Hayek pontua reiteradamente, o conhecimento dos agentes é sempre disperso, subjetivo e imprevisível, modificando-se a medida que as relações mercadológicas acontecem. Nesse caso, então, o estado de equilíbrio seria desfeito. Para teórico, ao se desconsiderar o conhecimento na sociedade, nunca sistematizado, e suas interações com os indivíduos, tenta-se transformar a economia numa ciência de pura dedução lógica, a partir de pressupostos e modelos de equilíbrio. Afirma Hayek:

Tenho certeza de que existem muitos que enxergam com impaciência e desconfiança toda essa tendência, a qual é inerente em toda moderna análise de equilíbrio, de transformar a economia num ramo da lógica pura, um conjunto de proposições auto-evidentes as quais, assim como a matemática ou a geometria, estão sujeitas a nenhum outro teste além de consistência interna (HAYEK, 1935, p.2).

Quando se analisa a ação de um indivíduo isolado frente às ações anteriores que fundamentaram seu estágio de equilíbrio, a partir de pressupostos lógicos, torna-se mais provável definir os custos marginais que se igualariam às utilidades marginais. Entretanto, mesmo em tal condição, pressupõe-se o conhecimento individual constante.

Porém, quando essa análise se depara com o caso de vários indivíduos interagindo, o problema da transição teórica acontece. Conforme destaca Barbieri:

Hayek aponta então um problema na transição da análise do indivíduo isolado para a interação entre vários deles, problema esse derivado das restritivas condições para que o equilíbrio acima definido ocorra. Prever corretamente o estado de objetos materiais e ao mesmo tempo o comportamento de agentes que por sua vez tentam fazer o mesmo tipo de previsão aumenta sobremaneira a complexidade da tarefa de coordenar as ações individuais. Consequentemente, não podemos mais considerar os dados como puramente subjetivos e, portanto, a análise econômica não pode mais seguir em bases puramente tautológicas. Isso ocorre devido ao fato de que os dados subjetivos de cada agente não se identificam automaticamente como a realidade subjacente, objetiva¹⁸. Neste caso o conhecimento dos agentes será apenas conjectural (BARBIERI, 2013a, p. 164).

Para a teoria neoclássica, contudo, a pressuposição de que as condições (dados) externas são conhecidas igualmente por todos os agentes contorna o problema do conhecimento levantado por Hayek. E por esse mesmo motivo tangencia a realidade econômica. Uma observação importante é que os ‘dados’, diferentemente do que pressupõe a teoria neoclássica, precisam ser separados em conhecimento objetivo (supostamente conhecido pelo economista) e conhecimento subjetivo (possuído pelos múltiplos agentes e, conforme dito acima, se apresenta a realidade de modo apenas conjectural. Hayek então critica a postura dos economistas, aos não distinguir a evidente e necessária separação entre os dois componentes do que seria os ‘dados’. Enfim, deveriam os economistas se preocupar em como o conhecimento externo, dado objetivo, se relaciona com as noções subjetivas dos agentes e a partir disso se constrói um equilíbrio. Enfim, a teoria econômica precisaria, segundo Hayek, agregar ao seu estudo a compreensão entre o agente, conhecedor da realidade objetiva, e suas concepções subjetivas; agregar à ciência econômica o estudo do aprendizado dos agentes. A proposta hayekiana objetiva reconhecer que os processos de aprendizado ocorrem de maneira descentralizada, condição que constrata diretamente com a centralização de uma economia socialista. Segundo Hayek

O problema que queremos resolver é como a interação espontânea de certo número de pessoas, cada uma possuindo apenas fragmentos de conhecimento, gera um estado de coisas no qual os preços correspondem aos custos etc., e que pode surgir por direção consciente apenas por algum organismo que possua o conhecimento combinado de todos esses indivíduos (HAYEK, 1937, p. 16).

Em seu artigo de 1945, Hayek retoma o programa sugerido no seu trabalho anterior reafirmando que o problema fundamental da economia não é o problema lógico da alocação de recursos escassos frente aos meios alocativos alternativos, mas sim o problema de assegurar o melhor uso dos recursos quando o conhecimento for disperso entre os indivíduos. E o melhor uso e sua eficiência será de acordo com o arranjo social dado, isto é, ou o socialismo (centralizador), ou o livre mercado (descentralizador). E esses dois arranjos são distintos exatamente diante de suas relações com o conhecimento, subdividido em conhecimento científico do economista e conhecimento prático do agente. Num sistema socialista, apenas o conhecimento científico, generalista e objetivo, seria possível. Por outro lado, o conhecimento prático, subjetivo, disperso e situacional, de cada agente se tornaria inoperante, dada a inexistência de livre-mercado e centralização das decisões econômicas. Para Barbieri, o conhecimento prático:

...é composto em grande parte por regras de conduta e habilidades adquiridas ao longo da vida que sequer são conscientes. Tal conhecimento é utilizado para explorar oportunidades de ganho que dependem dos detalhes particulares de cada situação, enquanto o primeiro, por sua natureza, ignora tais detalhes (BARBIERI, 2013, p.166).

Para Hayek é, portanto, um grave erro não reconhecer a distinção entre esses dois tipos de conhecimento, o que culmina num erro interpretativo em que o economista é capaz de abarcar em dados estatísticos e modelos o conhecimento prático dos agentes. São os detalhes circunstanciais que permitem os agentes operarem a subjetividade do seu conhecimento e descobrir e aproveitar oportunidades de ganho. A agregação e mesmo coleta desses dados é automaticamente contraditória, dada a sua natureza. Nas palavras do economista:

...o caráter peculiar do problema de uma ordem econômica racional se caracteriza justamente pelo fato de que o conhecimento das circunstâncias nas quais precisamos agir nunca existe de forma concentrada e integrada, mas apenas como pedaços dispersos de conhecimento incompleto e frequentemente contraditório, distribuído

por diversos indivíduos independentes. O problema econômico da sociedade, portanto, não é meramente um problema de como alocar “dados” recursos – se por “dados” entendermos algo que esteja disponível a uma única mente que possa deliberadamente resolver o problema com base nessas informações. Ao invés disso, o problema é de como garantir que qualquer membro da sociedade fará o melhor uso dos recursos conhecidos, para fins cuja importância relativa apenas estes indivíduos conhecem. Ou, para dizê-lo sucintamente, o problema é o da utilização de um conhecimento que não está disponível a ninguém em sua totalidade (HAYEK, 1947, p.2).

Sob a teoria hayekiana, os agentes estão constantemente descobrindo e desenvolvendo informações e conhecimentos novos, ainda não instalados na sociedade. Algumas decisões econômicas como a desistência ou não de um projeto, a perspectivas de novos lucros, ante alguma sinalização de mercado, ainda se encontram na mente dos agentes. Assim, o Estado centralizador, ao suspender as liberdades de mercado, mas ao mesmo tempo necessitando do conhecimento gerado pela função empresarial, se encontra num impasse, já que a função empresarial somente é possível num ambiente de livre mercado. Segundo De Soto (pg. 100)

De fato, se se impedir pela força, por meio de mandatos coercivos, o livre exercício da ação humana, os agentes não podem criar nem descobrir informação nova, impedindo dessa forma o avanço da civilização. Por outras palavras, o socialismo significa o estabelecimento sistemático de um conjunto de barreiras à livre interação humana que congelam o desenvolvimento social. Este efeito incide sobre todas as áreas de evolução social, e não apenas sobre as áreas estritamente econômicas. Assim, uma das características mais típicas do sistema socialista é a sua lentidão para inovar e introduzir as inovações tecnológicas que vão sendo descobertas, pelo que este tipo de sistema se encontra sempre atrasado em relação aos seus concorrentes do ponto de vista do desenvolvimento e da aplicação prática das novas tecnologias (DE SOTO, 2013, p. 100).

Por outro lado, se num ambiente de economia planificada torna-se difícil captar e desenvolver conhecimentos empresariais inovadores, é também difícil compreender o grau de ignorância em que se encontra a sociedade, pois com a supressão do livre mercado, único sistema capaz de testar - falsear, no termo popperiano – se as decisões econômicas são corretas ou equivocadas. Sem esse sistema de correção fica impossível conhecer o grau de ignorância nas decisões econômicas.

Para Hayek (1935; 1947), a diferença entre o sistema de livre-mercado e uma economia centralizada (socialista) reside na capacidade de qual desses sistemas seria mais capaz

de construir e utilizar um conjunto de conhecimentos mais correto. Por considerar que o conhecimento está disperso na sociedade, a dicotomia estaria entre centralizar as decisões – naturalmente não sendo capaz de articular todo esse conhecimento – ou permitir que os indivíduos desenvolvam a função empresarial num ambiente de liberdade. Ademais, os diferentes tipos de conhecimento na sociedade (científico e circunstancial) são os pilares da teoria hayekiana do conhecimento. Hayek também afirma que existe grande confusão e equívoco quando se acredita que o conhecimento científico, capaz de ser agregado pelo planejador, seja todo o conhecimento da sociedade. É diante do conhecimento tácito, circunstancial, que a burocracia socialista falha, pois quando se extrai dos indivíduos a liberdade das decisões econômicas, retira-se também a capacidade de desenvolver o conhecimento subjetivo, circunstancial ao indivíduo. Como exemplo, Hayek diz:

Conhecer e saber operar uma máquina que não estava sendo adequadamente explorada, ou a habilidade de alguém que poderia ser mais bem aproveitada, ou estar consciente de um excedente de reservas que pode ser usado durante uma interrupção temporária do fornecimento, é tão útil socialmente quanto o conhecimento das melhores técnicas alternativas. O transportador que ganha sua vida descobrindo como melhor aproveitar seu espaço de carga que ficaria vazio, o agente imobiliário cujo conhecimento consiste quase exclusivamente em encontrar oportunidades temporárias, ou o arbitrageur, que lucra a partir das diferenças locais entre os preços de certos bens – todos eles realizam trabalhos eminentemente úteis que são baseados em um conhecimento especial das circunstâncias de um momento fugidio, desconhecido por outros (HAYEK, 1947, p.6).

No mesmo artigo, Hayek nos alerta para o preconceito que existe contra o conhecimento circunstancial e tácito, em que é sobrepujado pelo conhecimento científico, visto como superior. Ao se valorizar o conhecimento produtivo e científico, a sociedade acaba mergulhando numa falácia epistemológica, pois é através do conhecimento tácito que o comércio, o empreendedorismo, as inovações individuais são possíveis. E o erro aparece quando os economistas passam a considerar esse conhecimento em suas análises como dado, acessível a todos. E essa postura nega a subjetividade e circunstancialidade de tempo e lugar para a geração desse conhecimento e o aproveitamento das melhores condições de mercado. Mas a pouca importância dada ao conhecimento circunstancial surge em primeiro lugar pela desconsideração das condições de incerteza. Diante do avanço tecnológico, relegou-se às decisões econômicas apenas seu aspecto constante, ou seja, ao se compreender o melhor arranjo produtivo no presente, basta que a engenharia

utilize a melhor técnica para tal e prossiga assim mesmo no longo prazo. Assim, fica evidente como a mudança é pouco considerada nas análises econômicas. E Hayek faz uma pergunta desafiadora

Será verdade que, graças ao sofisticado aparato da indústria moderna, só é preciso tomar decisões econômicas em intervalos longos; como na hora de decidir se uma nova fábrica deve ser construída, ou um novo procedimento deve ser introduzido? É verdade que, uma vez que uma fábrica tenha sido construída, o resto é mais ou menos mecânico, determinado por suas características, deixando pouco a ser mudado para adaptar-se às eternas flutuações de cada momento? (HAYEK, 1947, p.7)

A função empresarial, a experiência prática dos homens de negócio é a prova de como o conhecimento circunstancial, ao mesmo tempo em que não pode ser articulado e sistematizado, também, surge apenas durante os desdobramentos das atividades mercadológicas e capacidade empresarial de captar as oportunidades de ganho. Dessa maneira, compreende-se que o problema econômico não é apenas uma questão mecânica de como alocar recursos, da forma mais tecnicamente correta. Pelo contrário, importa compreender a forma como se dá a interação entre os agentes econômicos na busca constante e dinâmica em como conseguir maiores e mais eficientes possibilidades de ganho, num ambiente complexo e permeado por incertezas e mudanças, de modo que essas ações sejam coordenadas mesmo diante de conhecimentos individuais limitados. Segundo Barbieri:

As diferenças analíticas apontadas por Hayek surgem a partir do reconhecimento da complexidade do problema econômico real. Em especial, o subjetivismo introduzido na Revolução Marginalista não se deve limitar ao ordenamento de preferências dos consumidores, mas deve ser estendido à apreciação da importância da atividade empresarial fora do equilíbrio – ambiente no qual as atividades econômicas de fato ocorrem. Nesse ambiente toda ação é especulativa e as alternativas não estão claramente disponíveis. A competição real se refere mais a identificação empresarial de alternativas não pensadas pelos rivais e teste de conjecturas mercadológicas diversas do que com a tarefa rotineira de selecionar a mais adequada dentre as opções conhecidas (BARBIERI, 2013, p.172).

É na preocupação com a forma como se desenvolve e coordena o conhecimento numa sociedade livre que Hayek constrói sua teoria e direciona críticas ao modelo de economia centralizada. Para o economista austríaco, o conjunto de informações possuídas por cada agente econômico é parte, subconjunto, de todo o conhecimento na sociedade. E esse sub-conjunto é subjetivo, individual e permanentemente passível de mudanças e inovações, diferindo de indivíduo para indivíduo. Ademais, as informações são interpretadas sempre de forma de forma única e incerta. E é diante dessas interpretações que a função empresarial num ambiente de livre-mercado determina as melhores alocações de recursos, pelos critérios de tentativa e erro, num constante processo de ajuste dinâmico. Entretanto, diante da centralização das decisões econômicas, todos esses conceitos e arranjos é desfeito em prol de um sistema incapaz de operar a função empresarial e conhecer e testar (lucros e prejuízos) as melhores formas de alocar os recursos.

4 O DEBATE INTERNO

A Escola austríaca, fundada sob a tradição do marginalismo subjetivo de Menger, percorreu todo o século XX sob o pilar de duas principais correntes metodológicas, Quais sejam, a praxeologia apriorística, desenvolvida por Mises, e o falibilismo evolucionário, formulado por Hayek, com base na Filosofia popperiana. Essas duas metodologias, mesmo construídas dentro do paradigma maior que é a Escola Austríaca de Economia, entram em choque diretamente. Enquanto Mises defende sua teoria baseando-se em formulações apriorísticas¹, Hayek se fundamenta no falsificacionismo popperiano e na negação da pretensão do conhecimento. O apriorismo de Mises se sustenta no racionalismo Kantiano, e assume que a economia deve construir conhecimento verdadeiro a partir de deduções feitas pela razão, cuja veracidade pode ser confirmada sem a necessidade de experimentos, em que seus postulados não podem ser negados sem incorrer em autocontradição. Ao negar o postulado ‘O homem age’, naturalmente se entrará em contradição. A não-ação é em si uma ação. A partir desses postulados, então, Mises (1949) desenvolve toda a sua teoria econômica:

A ação é a vontade posta em funcionamento, transformada em força motriz; é procurar alcançar fins e objetivos; é a significativa resposta do ego aos estímulos e às condições do seu meio ambiente; é o ajustamento consciente ao estado do universo que lhe determina a vida (MISES, 1949, p.35).

Hayek, por outro lado, dá ênfase no conhecimento falível e suas implicações sociais. Assume que não é possível encontrar a certeza, senão provisoriamente diante de condições de liberdade econômica. Sob a visão do coletivo, Hayek estudava como a melhor coordenação entre os indivíduos para gerar níveis mais eficientes de progresso econômico seria possível, e como as instituições sociais se constroem (ordens espontâneas). O falibilismo hayekiano tem, portanto, uma base metodológica diametralmente oposta à praxeologia. Enquanto aquele acreditava que o conhecimento – sempre falível – surgiria através das experiências dos indivíduos numa interação coletiva em livre-mercado, este defendia o conhecimento econômico como dedutível de postulados auto-evidentes que culminam numa grande estrutura da teoria da ação humana, qual seja, a praxeologia. Segundo Barbieri (2004):

O programa de pesquisa proposto por Hayek – a formulação de teorias sobre aprendizado – rouba então da economia a pretensão de estabelecer a validade de seus resultados apenas a partir do exame das implicações lógicas do conceito de ação humana proposital, como quer a metodologia misesiana. (BARBIERI, 2004, p.. 214).

Para a teoria praxeológica, importa estudar o desdobramento lógico da ação proposital do agente homem, na sua subjetividade. Entretanto, a preocupação de Hayek está centrada na forma como a coordenação entre as ações individuais serão benéficas e mais eficientes.

No corpo da Escola Austríaca, defensores do apriorismo passaram a criticar a metodologia de Hayek, considerando-a insuficiente para explicar a impossibilidade do socialismo. Segundo o teórico alemão Hans-Herman Hoppe (1996), a desomogeneização das duas visões sobre o problema do cálculo foi fundamental para compreender os equívocos da teoria hayekiana:

Um dos grandes feitos de Joseph Salerno foi o de ter desomogeneizado as teorias econômicas e sociais de Ludwig von Mises e Friedrich A. Hayek, uma vez que ambas são frequentemente tidas como iguais. Em particular, Salerno demonstrou que o enfoque que ambos davam ao socialismo era nitidamente distinto, e argumentou que a tese original de Mises — que dizia que o problema do socialismo estava relacionado à impossibilidade do cálculo econômico — acabou se revelando correta desde o início, e se tornou a palavra final, ao passo que a distinta contribuição de Hayek para o debate sobre o cálculo socialista estava errada desde o começo, e serviu apenas para acrescentar mais confusão ao debate (HOPPE, 1996, p. 141).

Para o teórico, apenas a teoria misesiana sobre a impossibilidade do cálculo econômico é a correta, pois fundamenta toda as suas conclusões na necessidade econômica da propriedade privada. Hoppe (2010, p.2) explica que é justamente a ausência de propriedade privada que, por sua vez, impede qualquer possibilidade de sistema de preços genuínos, impedindo a existência de mercados. O problema levantado por Hayek, o conhecimento disperso e não articulável por um órgão central, não demonstra satisfatoriamente a impossibilidade do socialismo, primeiramente pelo seu método não praxeológico, e em segundo lugar, para Hoppe (1996):

...se o problema realmente está no uso centralizado do conhecimento, então torna-se difícil explicar por que existem famílias, clubes e empresas, e por que essas instituições não enfrentam os mesmos problemas do socialismo. Famílias e empresas também possuem um planejamento centralizado. O chefe da família e o proprietário da empresa também fazem planos que restringem o uso que outras pessoas podem fazer de seu conhecimento privado. E, ainda assim, até onde se sabe, famílias e empresas não passam pelos mesmos problemas do socialismo. (HOPPE, 1996, p. 143)

Para os defensores da praxeologia, as evidências empíricas do processo de coordenação da teoria do conhecimento hayekiana servem apenas para ilustrar eventos históricos, que não validam teorias, sendo a validação determinada apenas a priori. Entretanto, segundo Barbieri (2004, p. 215), a afirmação dos teóricos austríacos críticos o falibilismo não se sustenta, e defende que a proposta hayekiana não se trata de analisar como a coleta de dados das interações mercadológicas acontece, mas sim demonstrar como funciona o processo de aprendizado dos agentes. Ainda segundo Barbieri, teóricos defensores do apriorismo, como Selgin (1990), ao negarem a teoria do aprendizado hayekiana, não consegue explicar o mecanismo externo de lucros e perdas senão na mesma linha do processo de aprendizado hayekiana.

Durante o decurso da década de 1990, muitos teóricos da Escola Austríaca tem debatido internamente sobre a metodologia correta para demonstrar o problema do cálculo econômico no socialismo, se é a praxeologia misesiana ou o falibilismo e teoria do aprendizado de Hayek o fundamento correto. Contudo, o objetivo do presente trabalho é de apresentar as contribuições dos dois teóricos para a crítica do socialismo, não devendo, portanto, se aprofundar no debate interno na Escola Austríaca, entre as teorias de Mises e Hayek.

5 CONCLUSÃO

Inegavelmente, as contribuições de Mises e Hayek ao problema do cálculo econômico no socialismo são fundamentais para a compreensão, antes de mais nada, da forma como o Estado interfere na Economia. Além de demonstrar como um modelo econômico socialista funcionaria, na medida em que rejeita a propriedade privada e centraliza as decisões econômicas, os dois teóricos também puderam contribuir na análise de como arranjos intermediários ao socialismo podem gerar distorções econômicas. Se por um lado a propriedade privada totalmente excluída do sistema econômico torna-o incapaz de gerar preços genuínos, um sistema em que respeita apenas parcialmente a propriedade privada também geraria preços distorcidos, e um sistema de mercado menos eficiente. Também, se uma economia que centraliza as decisões econômicas não consegue abarcar todo o conhecimento disperso entre os agente e muito menos aproveitar a criatividade empreendedorial, um sistema parcialmente centralizador asfixiará a função empresarial e distorcerá a coordenação mercadológica dos agentes.

A discussão sobre o cálculo econômico no socialismo é também uma discussão sobre o que vem a ser a ciência econômica e qual o seu correto método de análise. Mises, para fundamentar toda a sua teoria praxeologia, precisou discutir a metodologia da ‘ciência do equilíbrio’ e desconstruí-la. Hayek, para fundamentar a sua teoria do *conhecimento falível* e o *processo de aprendizado*, antes demonstrou os equívocos da pretensão do conhecimento e o positivismo justificacionista por trás das correntes defensoras de um modelo econômico centralizador, em que o conhecimento objetivo do economista é suficiente para responder todas as questões econômicas. Para Hayek, a economia do mundo real é constituída por uma infinidade de decisões tão complexas quanto imprevisíveis. São bilhões de agente tomando decisões diariamente e movido por planos de natureza essencialmente subjetivas e a sabedoria técnica, do economista, não é capaz de abarcar a complexidade e circunstancialidade do conhecimento prático. Se para ambos os teóricos o sistema socialista é impossível, somente o livre-mercado, suas instituições como propriedade privada, divisão social do trabalho e liberdade empreendedorial são capazes de gerar progresso material, eficiência produtiva e coordenação entre as infinidades de decisões econômicas individuais.

Estudar o problema do cálculo e os seus embates durante todo o século XX é também compreender o desenvolvimento da história do pensamento econômico. Ademais, até mesmo dentro do próprio paradigma da Escola Austríaca, os embates entre os defensores da metodologia Misesiana (praxeologia) e os defensores do falibilismo Hayekiano são terreno fértil para inúmeros trabalhos e discussões que estão longe de se esgotarem.

6 REFERÊNCIAS

BARBIERI, Fábio. **A economia do intervencionismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013 248p

BARBIERI, Fábio. **História do debate do cálculo econômico socialista**. São Paulo : Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013 302p

BARBIERI, Fabio. **O processo de mercado na escola austríaca moderna**. São Paulo : FEA/USP, 2001. 188 p.

DE SOTO, Jesus Huerta. **Socialismo, cálculo econômico e função empresarial**. São Paulo : Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2013. 360p

HAYEK, Frederich. **economia e conhecimento**, 2012. Disponível em: <<http://www.libertarianismo.org/livros/eecfah.pdf>>. Acesso em 10 de Outubro de 2013.

HAYEK, Frederich. **O uso do conhecimento na sociedade**, 2013. Disponível em: <<http://www.libertarianismo.org/livros/fahoudcns.pdf>>. Acesso em 10 de Outubro de 2013.

HOPPE, Hans-Hermann **A Ciência econômica e o método austríaco**. São Paulo : Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 76p

HOPPE, H. Socialism: A Property or Knowledge Problem?, **Review of Austrian Economics**, v. 9, n. 1. p 143-147, 1996, jul-dec, Virginia-EUA.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da história**, 2ª ed., Brasília, Unb, 1995 p.39.

IORIO, Ubiratan Jorge. **Ação, tempo e conhecimento: A Escola Austríaca de economia**. São Paulo : Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2011. 234p

LANGE, O. On the Economic Theory of Socialism: Part One, **The Review of economic studies**, v. 4, p. 53-71 1936-7b, june, London-UK

LANGE, O. On the Economic Theory of Socialism Part Two, **The review of economic studies**, Vol.4, p.123-142 1936-7c, june, London-UK

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, v.1, p. 394 (Os Economistas)

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, v.1, p. 394 (Os Economistas)

MISES, Ludwig Von. **O cálculo econômico sob o socialismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2012. 56p

MISES, Ludwig Von. **Ação Humana**: Um Tratado de Economia. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2010. 1020p

SALERNO, J. Ludwig von Mises as Social Rationalist, **Review of Austrian Economics**, v. 1, n. 1, p. 123-132, 1990. jul-dec, Virginia-EUA.
